

ATA N.º 0005.1/XIII/2022

Sessão Ordinária de 30/09/2022

1ª Reunião – 30/09/2022

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município da Moita, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, a fim de se deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Período de Intervenção do Público;
- 2 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 3 – Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 - Regimento da Assembleia Municipal da Moita - Quadriénio 2021-2025 – Alteração ao artigo 2º;
 - 3.2 - Ata nº04.1.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de junho - 1ª reunião – 30.06.2022;
 - 3.3 - Ata nº04.2.22 – XIII Mandato – sessão ordinária de junho - 2ª reunião – 05.07.2022;
 - 3.4 - Tema da Assembleia Municipal Jovem do Município da Moita para o ano letivo 2022/2023;
 - 3.5 - Mapa de Pessoal do Município para o ano 2022;
 - 3.6 - 3ª Revisão ao Orçamento Plurianual;
 - 3.7 - Regulamento de Permanência e Trânsito de Animais do Município da Moita;
 - 3.8 - Abertura de Procedimento Concurso Público com vista à celebração de contrato de concessão da gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de telecomunicações;
 - 3.9 - Aquisição de “Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos”;
 - 3.10 - Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências do Município da Moita nos Diretores dos Agrupamentos de Escolas;
 - 3.11 - Protocolo para a cobrança coerciva de receitas municipais;
 - 3.12 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação – Mandato 2022-2025;
 - 3.13 - Protocolo de colaboração entre o Município da Moita e a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Concelho da Moita (AHBCM) para a manutenção dos serviços operacionais mínimos do Corpo de Bombeiros;
 - 3.14 - Apreciação da Atividade Municipal (nos termos da alª c) do nº2 do art. 25º da Lei nº75/2013).

Substituições verificadas e presentes ao plenário da Assembleia Municipal:

- Ana Rita Condeço Neto foi substituída por Carlos Gualberto da Silva Rodrigues
- Fernanda Nunes de Oliveira Gaspar foi substituída por Maria Teresa Lésico Jesus
- Eduardo Jorge Meruje Teixeira foi substituído por Rui Pedro Neto Garcia
- Sabine Vivianne Büchel foi substituída por Elvis João Duarte Freitas
- João Pedro Oliveira Vargas da Palma foi substituído por Daniel José Viegas Serpa

Verificação de ausências:

- Após as verificações efetuadas não se verificaram ausências.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros do Executivo da Câmara Municipal:

Sr. Presidente da Câmara Municipal Carlos Edgar Rodrigues Albino e os Srs. Vereadores Sara Daniela Rodrigues e Silva, Daniel Vaz Figueiredo, António Carlos Pedrosa Pereira, Vivina Maria Semedo Nunes, Anabela da Cruz Ramalho Fidalgo Rosa, Ivo Manuel Pereira Pedaço e João Miguel da Silva Romba.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Fernando Miguel Santos Oliveira Talhadas

Começou por dizer que tem 45 anos, vive na Quinta do Quadrado, tem 3 filhos, 2 são bebés, e é militar por profissão, portanto sabe bem o que são os direitos, sabe, principalmente, o que são os deveres, pelo que está ciente destas situações, e tem os seus valores muito intrínsecos, e isso, às vezes, faz com que possa exigir também das outras pessoas que tenham o mesmo comportamento que o próprio tem com o resto dos cidadãos.

Está aqui para falar da problemática da Quinta do Quadrado, onde há várias falhas que têm que ser colmatadas, porque não está a correr bem e acha que tem que haver uma intervenção rápida. Já sabe que no final deste discurso vai haver alguém a dizer “mas vocês sabem, quando compraram os terrenos, que a Câmara não tinha lá qualquer responsabilidade porque não tinha lá nenhuma obrigação”, mas isso não é correto. Isso não é correto, porque há sempre algumas obrigações que têm que ter, pelo que vai explicar quais são os erros que, para si, têm que ser colmatados.

Começando pela recolha do lixo urbano, e acha que tal como qualquer um dos presentes, produz lixo em casa, mete no caixote do lixo e espera que aquele lixo seja apanhado, mas tem um caixote à frente da sua porta, e não tem problema nenhum com isso, vive calmamente com isso, com o que não vive calmamente é com o facto dessa recolha ser feita de semana e meia em semana e meia ou, às vezes, levar duas semanas para ser recolhido, o que faz com que essas pessoas que produzem esse lixo urbano, e ainda só estão a falar do lixo urbano, agarrem nos sacos e os ponham ao lado do caixote do lixo. A seguir, como estão numa zona que não sabe se chamam de semirrural, semiurbano, meio urbano meio rural, tem animais, tem cães à solta, e também ninguém quer saber, até porque os canis estão todos cheios e ninguém se importa com isso, e os animais acabam por espalhar aquele lixo, e ao espalharem aquele lixo levam a outro problema, porque depois não é só fazer a recolha do lixo urbano, mas também a limpeza do que está à volta.

Enquanto os presentes, se calhar, vivem por aqui e têm sempre as ruas limpas, porque há alguém que vai limpar essas ruas, o próprio não tem porque tem as valas e o lixo depois é transportado para a sua porta, ou mesmo para a frente do seu terreno, e tem que ser o próprio a limpar aquilo e a limpar o lixo que é dos outros. Como se diz na tropa, “não lhe cai os parentes na lama” por fazê-lo, mas o que é certo é que acha que deveria ser uma obrigação da Câmara limpar também os arruamentos que lá estão e as valas, inclusive porque as valas estão lá por um sentido, uma vez que aquilo tem um plano inclinado e a água das chuvas entra para dentro dos terrenos e alaga-os todos, portanto, se não houver por lá aquelas valas e se elas não forem limpas, com certeza, terão sempre problemas todos os invernos.

Quanto à recolha do lixo urbano, sendo que por ali são tudo quintas com cinco mil metros quadrados, e não lhes foi permitido colocar cimento no terreno todo, têm relvados, têm árvores de frutos, têm aquilo cuidado e tudo isso produz um lixo orgânico, produz a relva, produzem os ramos que têm que ser cortados das árvores, porque têm que ser podadas, e por aí fora. Na altura em que comprou o terreno, uma vez que tinha uma camioneta e queria resolver esse problema, dirigiu-se ao aterro onde lhe foi dito que não tinha direito a depositar nada, nem mesmo pagando, e isto acerca de cinco anos atrás, não sabe como é agora, mas pensa que deve ser igual e que nada deve ter mudado. Por acaso, a sua esposa também tem uma empresa e pensaram que através da empresa conseguiam ir lá, mas, ainda assim, “têm que se inscrever, têm que preencher um formulário, têm que pôr um requerimento, o Papa tem que assinar, o Presidente tem que meter uma cunha, tem que haver sempre uma coisa qualquer”, ou seja, não conseguiu, nem pagando, ir lá pôr os seus resíduos. Entretanto, veio à Câmara para saber se lhe passavam um papel que lhe permitisse ir lá e disseram-lhe que no caixote do lixo está um autocolante a dizer que todas as terças-feiras deve ser depositado ao lado do caixote do lixo porque a seguir vai lá um camião retirar esses detritos, mas não acontece, portanto, neste verão, foram três meses com vários terrenos a depositarem ali o lixo e

foram três meses sem retirarem o lixo, sendo que tem fotografias para, caso queiram, o comprovarem, e esse lixo orgânico provoca ali variadíssimas coisas.

Há vários problemas por causa desse lixo, porque parece que é só ramos e relva, mas não, traz bichos, traz ratos e depois traz um bicho ainda pior que é o bicho ser humano, e o bicho ser humano já se habituou à ideia e, se aqui tem que pagar e ali é de borla, vai para a parte que é de borla, e o que acontece é que todas as pequenas empresas que têm obras ou que têm detritos de oficinas, sucatas, vão depositar o lixo à Quinta do Quadrado, porque já sabem que se acumula lá um molho e que, de vez em quando, alguém vai lá, portanto, o facto de não irem lá todas as semanas permite que se crie ali montes de lixo e esses montes de lixo atraem outros que depois também vão lá depositar. Está também hoje presente um vizinho seu que mora no outro lado da autoestrada, ainda na Quinta do Quadrado, e que continua a ter monos à sua frente que já estão lá há mais de um mês. Ninguém gosta de viver no lixo, e isto é em frente à sua porta, e reiterou mais uma vez que tem crianças que gostam de vir brincar cá para fora e que não têm que estar a ser confrontadas com aquilo. Entretanto, queixam-se e dizem-lhes que não têm camião, mas esse problema não é seu, se não têm camião têm que alugar um camião ou mandar arranjar o que têm. Depois não é o camião é porque a pinça que vai lá agarrar a relva é uma pinça só com três dentes e acaba por não conseguir agarrar bem, e tem conseguido, mas, ainda assim, se esse for o problema também não é um problema seu, a Câmara é que tem que arranjar uma solução, ir lá com uma pá ou seja o que for, mas não é um problema seu, agora dizerem-lhes que quilos e quilos de relva que é cortada, e de ramos, têm que ser postos em saquinhos de plástico atados e mais não sei o quê, para ficar lá à porta do caixote do lixo, acha que não é viável até porque deviam começar todos a cortar com o plástico, ainda que isso já seja um problema mundial e não, obviamente, só do município.

No que concerne à limpeza da mata que existe por trás, e viu que tem sido feito um esforço para limpar a mata no sentido de corta-fogos, mas o que é certo é que passa pela mata quando vai dar as suas corridas e continua a ver bidons de óleo, que são altamente inflamáveis, continua a ver desperdícios de roupa, frigoríficos velhos, peças de automóveis, tudo para lá espalhado, e acha que isso merece uma intervenção, se calhar, e já não diria todos os meses, mas uma vez por ano haver uma passagem pela mata para a deixarem o mais saudável possível. E, caso precisem da sua ajuda, disponibiliza-se para ajudar identificando, nas suas caminhadas, os pontos em que estão os monos ou qualquer coisa que precise ser retirado. Obviamente, esses monos não estariam lá se tivesse sido colmatado outro problema, que é a parte da segurança, porque em cinco anos que ali vive só viu passar lá uma vez um carro da polícia e, se não passa lá a autoridade, também não há autoridade a fiscalizar quem é que vai para lá depositar lixo, que nem sequer ali mora, e acha que isso é mau para todos. Inclusive, já teve um problema com uns indivíduos à porta da sua casa em que um vizinho seu chamou a autoridade e a autoridade lhe disse que não podiam ir porque não tinham ninguém para lá ir. Por acaso, eram pessoas que tinham atolado ali o carro e não ocorreu nenhum problema, mas sentiram-se sozinhos ali e, uma vez que os terrenos têm cinco mil metros quadrados, não tem vizinhos muito próximos, mas, mesmo assim, estão a contar com a ajuda uns dos outros para se protegerem. Sendo militar tem uma arma, mas se lhe perguntarem agora se lhe apetece usar essa situação, a resposta é que não lhe apetece. Gostava que isto não fosse assim, gostava de não ter que segurar na sua arma para poder defender a sua casa porque a autoridade não passa lá, porque a autoridade, e foi feito um telefonema para a Guarda, a Guarda não foi, não foi. Não foi e disse, claramente, que não tinha ninguém para lá ir.

Por último, como há pouco esteve a falar aqui com o senhor Presidente, relativamente aos arruamentos e ao alcatroamento daquelas estradas, e não sabe o que é que compensa mais à Câmara fazer, se é, realmente, gastar dinheiro de uma vez e pôr aquilo em condições, ou se é ter que lá ir todos os meses arranjar as estradas. Ainda pensou, quando foi retirado o alcatrão das autoestradas que fossem lá arranjar a estrada, mas não aconteceu, acumularam por trás do cemitério na Quinta do Quadrado e agora cada vez que sai da sua casa tem que conviver com um monte que está lá, com três andares de alcatrão retirado da estrada. Pensou “ok, eu vou ter que conviver com isto aqui e com os camiões que andam aqui para trás e para a frente, mas eles, ao menos, vão dar aqui um jeito na estrada”, até porque foi dito a um dos moradores que, muito provavelmente, esse alcatrão era para ser utilizado ali como fizeram inclusive ao pé do campo de tiro, ou seja, arranjaram aquela parte ao pé do campo de tiro e o resto das ruas não arranjaram. Portanto, todos os que lá moram e que, por exemplo, tenham mota, como no seu caso e mais vizinhos, para andar de mota tem de ir de pernas abertas e a um à hora porque aquilo são pedras que lá estão e ao serem pisadas pela mota escorrega e resvala, são buracos, e basta chover só uma vez que aparecem lombinhas e buracos e tudo mais, e depois quando vêm à Câmara perguntar se alguém pode lá dar um jeito, ou a máquina está avariada, ou agora não podem lá pôr ninguém, ou agora não têm ninguém para lá ir, e há sempre uma situação qualquer e não se consegue arranjar aquilo.

Entretanto já fizeram algumas reuniões com a Câmara, juntaram um grupo, e estão aqui alguns presentes, na medida de tentarem arranjar uma solução para ali e foi quando lhes disseram que, quando compraram os terrenos, já sabiam que não era obrigação da Câmara fazer os arruamentos e as infraestruturas. Também tem um terreno nos Olhos de Água onde, por acaso, ainda não conseguiu construir, desde há vinte anos atrás, exatamente porque as infraestruturas não foram criadas pelos moradores. Aqui foi feito o oposto e foi dito “tudo bem vão lá construíam, comecem já a pagar os IMI’s e a pagar os impostos todos têm que pagar, mas as infraestruturas nós nunca lá chegaremos com elas”. Com a engenheira Estela Santos foi dito inclusive que, e aceita perfeitamente, por exemplo, a água é difícil de lá chegar e que os esgotos é difícil de lá chegar, o que aceita, porque a água tem a ver com pendentes, tem a ver com o local onde se vai buscar a água, tem a ver com o local onde se despeja a água, e muito provavelmente teria que se fazer uma ETAR naquela zona. Isso aceita, agora o alcatroamento acha que já não, e acha que já não porque está a ser feito em todo o município, portanto, há estradas a serem criadas em zonas onde não sei quantas vezes alguém pediu alguma coisa para ser feito lá, mas já andam há anos, há anos, há mais de vinte anos que as pessoas se andam ali a queixar. O próprio está lá a morar há cinco anos e há cinco anos que se anda a queixar, há lá outros moradores que lá estão há mais tempo e as queixas são sempre as mesmas, aquelas estradas têm que ser arranjadas.

Agora chegaram a um entendimento com a Câmara, e muito agradecem à Câmara por essa disponibilidade em dividirem as despesas, ou seja, os moradores pagavam uma parte, a Câmara pagava outra parte, mas a questão que se coloca é que o próprio não trabalha na área, os outros moradores não trabalham na área, e já tentaram falar com empresas locais que possam, efetivamente, ir lá fazer algum trabalho, já pediram vários orçamentos e ninguém lhes responde, ninguém quer saber deles, e acha que é mais fácil a Câmara conseguir um orçamento e a seguir acionar essa despesa, porque está disposto a pagar e, se calhar, quase todos os moradores, mas não sabe se não vai haver lá alguém que diga “eu não pago”, “eu acho que a Câmara tinha que fazer isto sem eu ter que pagar nada e eu se calhar não pago”. Acha que todas as pessoas aqui presentes que já estiveram envolvidas em AUGI’s, ou seja lá o que for, já viram isto acontecer, porque há sempre, sempre, sempre, não pagantes, e acha que não é o próprio que deve ir lá à porta da pessoa dizer “não, você tem que pagar” ou “você é obrigado a pagar”. Acha que a Câmara, nessa altura, e perante essa situação, deverá ter meios jurídicos para conseguir colmatar, não sabe quais, não está por dentro da área, mas pensa que deve haver alguma maneira de obrigar as pessoas a contribuírem para essa situação e, se não for possível, então que se possa dar como opção ser a Câmara a assumir os custos daquele alcatroamento e, realmente, providenciar às pessoas que lá vivem, uma vez que estão lá nas suas casas, umas atrás das outras, e acha que isso deveria ser providenciado. Acha que já merecem isso, já lá estão há tantos anos a pagar impostos que já merecem que a Câmara tome conta deles e que possa, efetivamente, arranjar uma solução, nem que seja com a contribuição dos moradores que lá estão.

Acha que esta situação de ter sido aprovado que se fizesse a construção das vivendas sem as infraestruturas é muito antiga, já é muito antiga e, se calhar, já não está aqui ninguém que o tenha aprovado, mas pergunta se algum dos aqui presentes tem algum orgulho nisso, porque acha que ninguém tem orgulho em dizer “sim, sim, aprovamos que as pessoas vão para lá construir, mas as pessoas, por elas próprias, têm que fazer furos”, o que cada vez deve ser mais evitado, como todos sabem, por causa da falta de água. Todos devem evitar andar a fazer furos e a gastar água de furos, portanto, se ninguém tem orgulho nesta situação que foi feita, e que, não estando a dizer que é única, acha que deve ser das poucas em Portugal, que foi aprovarem e dizerem “ok façam lá a vossa vivenda”, porque não se trata só de uma vivenda, são muitos os lotes que estão ali, porque deveria ter sido feito primeiro as infraestruturas e depois as vivendas, mas foi aprovado e agora têm que viver com isso. Quando veio à Câmara para meter o projeto e tudo mais também nunca ninguém lhe disse nada, se bem que pensa que isso está escrito na caderneta predial, mas não tomou atenção, e quem lhe estava a vender o terreno também não teve interesse nenhum em lhe explicar, portanto, por mais que se diga que não se pode alegar que não se conhecem as leis, a verdade é que também acha que não há ninguém que saiba as leis todas, nem há ninguém que saiba tudo o que existe relativamente à sua situação. Reiterando, mais uma vez, que acha que ninguém tem orgulho naquela situação, e que não está a pedir que se façam todas as infraestruturas, como há pouco quando o senhor Presidente lhe estava a falar de passar coisas por baixo do chão, e pensa que se estava a referir a esgotos, a cablagens de eletricidade e de meios de comunicação, a água, porque acha que isso, eventualmente, no futuro se poderia passar de outra maneira, mas acha que agora o mais importante é as limpezas que têm que ser feitas e os arruamentos que têm que ser feitos, porque acha que já o merecem, que todas as famílias que ali estão a viver já merecem isso.

Aquela estrada, e para os moradores que lá estão isto é trivial, é um local para fazer rally, é um local para andarem lá as moto quatro e as motas a fazer derrapagens, é um local para os miúdos com dezoito ou

dezanove anos, assim que acabam de tirar a carta, irem aprender a fazer rally, e cada vez que eles fazem uma derrapagem é mais um buraco que ali fica. Já houve vários acidentes, a sua mãe já teve um acidente porque o carro resvalou, já teve que assistir lá pessoas de motas aceleras que caíram na vala por causa da estrada e da maneira como a estrada está, e afinal circula ali muita gente, principalmente na parte que liga a Moita ao Cabeço Verde, portanto, naquela ligação passa muita gente e inclusive um dos vizinhos tem o muro todo retalhado porque vão para lá fazer rally e depois, volta e meia, espetam-se contra aquele muro.

Para terminar, disse que era isto que tinha para dizer, que espera ter sido o mais educado possível na sua intervenção, se bem que estava um bocado nervoso, e não queria dizer exaltado, mas está cansado e está mais cansado ainda porque vê o desânimo na cara das outras pessoas que também lá estão a habitar e vê que as pessoas já estão “é pá não, é sempre a mesma coisa, não, ninguém vai fazer nada, esquece não vás lá”, mas esse não é o seu feitio. O seu feitio é, se a guerra é para ali, então é para ali que vão lutar, mas vai lutar, não dá passos atrás, portanto, para aquilo que depender de si contem consigo para aquilo que for necessário, mas pedia, realmente, uma intervenção da Câmara ali, tanto para a limpeza, como para a segurança, como até para os arruamentos.

Sr. Rui Miguel Alves Meireles

Começou por dizer que, sendo muito simples e conciso, ia direto ao ponto e que a questão que quer colocar é porque razão a vereadora Sara Silva emitiu uma licença especial de ruído para a empresa Salero Eventos, ao lado do condomínio no número quarenta nove da rua Doutor Miguel Bombarda, sem antes garantir as condições do espaço em termos acústicos, por um período de dez dias seguidos, até às quatro da manhã, num barracão/armazém para usufruto privado de uma atividade equiparada a uma discoteca. Coloca esta questão porque, apesar do pouco conhecimento que tem, pesquisou e verificou que não respeita o Decreto-lei nº9/2007, artigo 14º, que proíbe aos sábados domingos e feriados e nos dias úteis entre as 20 horas e as 8 horas o exercício de atividades ruidosas junto de edifícios habitacionais, e apesar de ter havido uma tentativa de contato presencial e por e-mail com a Câmara, até ao momento, não obtiveram qualquer resposta.

O seu objetivo é que não volte acontecer e que não se repitam futuras situações idênticas, uma vez que existem seis famílias nesse condomínio, três crianças, pessoas que trabalham por turnos, que se levantam às seis e meia da manhã, outras que se levantam às três horas da manhã para ir para Lisboa às quatro da manhã, e a discoteca, ou o bar, o que lhe queiram chamar, estava em funcionamento, e acha que uma das piores coisas que pode existir é uma pessoa sentir-se privada do descanso.

Sr. Mário Alberto Corte-Real

Começou por dizer que era vizinho do munícipe que interveio anteriormente, e daí estar a intervir imediatamente a seguir, mas antes quis dizer que, pessoalmente, uma vez que viveu fora do país, tem muito orgulho em ser português, um orgulho mesmo muito forte, e uma coisa que lhe faz espécie é como é que o seu próprio país desrespeita a sua própria população, a seu ver, de uma forma aberta e descarada. Talvez tenha passado muito tempo fora.

Voltando à questão da lei excecional do ruído, não sendo entendido na lei, e tal como fizeram todos os seus vizinhos, foram à Internet pesquisar, falaram com algumas pessoas, e é descabido. É descabido e é uma falta de respeito tremenda passarem uma lei dessas sem consultarem os moradores que vivem, parede com parede, com esse espaço. Um espaço sem condições absolutamente nenhuma, e não estão só a falar do aspeto acústico, estão a falar do aspeto de segurança, porque se acontecesse ali uma catástrofe, muitas pessoas poderiam, infelizmente, morrer e depois não sabe o que aconteceria ao seu edifício. Tem uma filha de três anos, a esposa do seu vizinho Ricardo está grávida, há lá mais crianças, a sua mulher, nessa semana, entrava às quatro da manhã no aeroporto de Lisboa e, como devem calcular, dormir não dormiu e o próprio, embora tenha o privilégio de trabalhar em casa, também pouco ou nada pode fazer. Houve três dias dessa semana em que não pode levar a sua filha de três anos à escola porque dormia em pé, pura e simplesmente dormia em pé.

Veio morar para a Moita em abril, e pedindo desculpa por o seu português não ser fluente como devia ser, mas acredita que seja melhor do que na escrita, porque já mandou sete ou oito e-mails e a única vez que lhe responderam foi para perguntar qual era o assunto, depois não lhe responderam mais. Houve um senhor, que acredita trabalhar na Câmara, o senhor João Loureiro que, aparentemente, é uma pessoa que faz a prospeção para ver se as coisas podem ser emitidas ou não, em termos da segurança do espaço, a

questão que estão a falar, e esse senhor ligou-lhe, realmente, e da mesma forma também mostrou indignação porque, consoante o que ele lhe disse, já se passaram situações semelhantes e o seu parecer foi totalmente ignorado.

Por ser leigo na matéria e não saber como é o funcionamento em relação às perguntas e se dão as respostas, o que também gostaria de ver esclarecido, perguntou como é que se pode passar uma licença, e como o nome sugere, excecional de ruído, sem haver um estudo por detrás dessa tal licença. Já não vivia cá há muito tempo, mas ainda consegue ler, minimamente, português para tentar perceber se, realmente, as leis são para ser respeitadas ou não e, principalmente, para as pessoas com direitos, porque todos têm que viver em harmonia e com respeito, acima de tudo, daí a sua indignação e a dos seus vizinhos. E mais, apesar desta indignação toda pela falta de dormir, como é óbvio, e que acredita ser uma das características que os fazem seres humanos, ficou a pensar da mesma forma, “estou aqui eu preocupadinho com o ruído por não ter dormido dois ou três dias”, mas depois ficou a pensar na família daquele miúdo que morreu nas festas da Moita, quando houve aquela largada de touros, e ficou a apreciar “quer dizer, eu estou aqui sem dormir, a família daquele miúdo já não o vai ver mais” e, aparentemente, a largada continuou no dia a seguir como se nada fosse.

Para terminar, reiterou, não para se gabar, mas por ter vivido fora muito tempo em países normais, e diz países normais com dor no seu coração, porque o seu país tem que ser um país normal e têm que ser os cidadãos deste país normal, não só a fazer um bocadinho de barulho ali e um bocadinho de barulho ali, mas a querer ver as situações resolvidas, porque senão vão andar com este país quarenta ou cinquenta anos atrás como, infelizmente, tem sido o caso. O próprio, como cidadão português e, uma vez mais, muito orgulhoso, rejeita isso e vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que coisas como esta situação, principalmente, faltas de respeito e tentarem fazer de si, pessoalmente, de burro, porque de burro tem muito pouco, muito pouco mesmo. É respeitador e também exige que o respeitem, a si e aos seus familiares.

Sr. João Augusto da Silva Henriques

Começou por dizer que, mais uma vez, estava presente nesta Assembleia para recordar esta Câmara que no dia dezanove foram eleitos pelo decreto-lei vinte e sete barra noventa e seis de um de agosto e cento e oito barra noventa e um de dezassete de agosto. Foi prometido a esta população pelo PS, cerca de sessenta e seis mil habitantes, que iam fazer a mudança. Até à data, mudança, ainda não viu nenhuma. Todos os meses há reclamações, todos os meses vêm batalhar a mesma tecla.

Hoje, só quer informar o senhor Presidente que, no dia vinte e quatro, esteve presente numa reunião de Câmara para expor um assunto da Fonte da Prata em que mencionou que o senhor Henrique Lhe tinha dito, em conversa, que o senhor Presidente Carlos Albino estava de férias. O senhor Presidente pode verificar que, a essa mesma reunião, foram várias pessoas, incluindo a senhora advogada que também falou e disse que os serviços diziam que o senhor Presidente estava de férias. No dia vinte e cinco, e isto é lamentar, porque tem idade para ser seu pai, por volta das dez da manhã, junto ao café Fragata, o senhor Carlos Albino abordou-o dizendo que era mentiroso e que o senhor Henrique nunca lhe tinha dito que o senhor Presidente estava de férias no sábado quando ocorreu a situação da Fonte da Prata. Gostaria que o senhor Presidente Carlos Albino chamasse o senhor Henrique perante esta Assembleia para que viessem desmentir publicamente o que ele lhe disse. Não admite, nem ele nem a ninguém, e para que seja a última vez que o senhor Presidente da Câmara Municipal da Moita o chame de mentiroso, pois isso não lhe admite, nem a ele nem a ninguém.

Só quer lembrar e mostrar (através do recurso a fotografias), e gostava que fosse filmado, que por enes vezes foi falado nesta Assembleia, uma ou duas vezes em reuniões de Câmara, que a Quinta da Fonte da Prata, a que chama de “bairro patinho feio” foi desperdiçado. A primeira fotografia apresentada mostra que, em pleno verão, a relva estava seca, o que foi falado e nada fizeram. A segunda fotografia mostra, para toda a gente ver, porque não é mentiroso, um canteiro com quarenta centímetros de altura, o que confirmou porque se deu ao trabalho de medir. A terceira fotografia mostra relva com setenta centímetros de altura na Fonte da Prata. Se uma criança se perder nesta relva os pais não a vão encontrar, pelo que pergunta onde é que estão os serviços da Câmara e onde é que está a mudança que iam fazer. O senhor Presidente, quando era da oposição, criticava a CDU porque não fazia nada, e nada fez ainda. Nada fez e o que fez não vê. A quarta fotografia revela, porque quando fala tem provas, que na avenida da marginal roubaram as grades, do qual a Câmara não tem culpa, mas houve alguém que se lembrou de por gravilha porque era a altura das festas da Moita, porque senão fossem as festas da Moita e fosse lá caminhar e partisse um pé, chegava a casa, chamava os bombeiros e tinha dito que se tinha lá aleijado. Esta é uma

situação que nunca viu. A quinta fotografia reporta-se ao dia vinte e nove, ontem, pelo quarto para as duas da tarde, como se lembraram de tapar com entulho, que a marginal estava meia de água, o que não podem desmentir porque tirou a fotografia, pelo que gostava de saber onde é que está a Câmara, mas tem uma solução para o senhor Presidente resolver esta situação de roubarem as grades. Como trabalhou quarenta e dois anos no Estado e foi chefe de serviços, e apesar de, provavelmente, ter custos, sugeriu que se abrissem uns caboucos e se colocassem umas sarjetas para a água, e disse que se tivesse um acidente naquela situação em que a culpa era da Câmara, a Câmara ia ter que assumir a responsabilidade porque não ia perdoar.

Neste momento, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal disse “olhe senhor Presidente não esteja a gozar porque eu não estou a gozar, estou a falar a sério e o senhor respeite-me para ser respeitado”.

Continuando, disse que a Câmara era a responsável por estes danos, assim como na Fonte da Prata, porque enviou fotografias, há meses, para a Junta de Freguesia e para a Câmara, que comprovam a existência de três tampas de sarjetas partidas, e os serviços da Câmara não fizeram nada, aliás, o que fizeram, e aqui o senhor Presidente não tem culpa, foi substituir uma tampa de sarjeta que estava boa. Chamou a atenção aos funcionários e a resposta deles foi “o senhor não tem nada a ver com isso, quem manda somos nós”, e reportou essa situação, mas até hoje nada fizeram. Mas, uma coisa que o senhor Presidente fez, quando cá veio, uma ou duas vezes, não sabe se aqui ou se na sessão da Assembleia que se realizou nos bombeiros, foi prontificar-se a ir à Fonte da Prata, o que aconteceu, em que foi ver e fez alguma coisa, o resto nada. Mais, é de lamentar que esta Câmara, quando as condutas rebentam, abra os buracos e depois, em vez de as taparem, ficam a céu aberto, pelo que perguntou, se cair uma criança ou cair uma pessoa, de quem é a responsabilidade. Sua não é. Quando reportou essa situação à engenheira Cristina, com fotografias, ela mandou tapar e disse não acreditar no que estava a ver, que em frente a um centro comercial haja uma vala com cerca de oito metros de comprimento e quatro metros de profundidade a céu aberto, pelo que perguntou onde é que isto já se viu, onde é que está o PS que queria mudar, onde é que está o PS. O PS falava mal da CDU, porque a CDU fazia assim, fazia assado, no seu ver, o PS está pior do que estava a CDU.

Para concluir, disse que nunca pensou que esta Câmara, em reuniões lideradas pelo senhor Presidente, tivesse duas pessoas a assistir, como sucedeu na última reunião em que só esteve o próprio e outro senhor, e isto pela arrogância com que o senhor Presidente fala, porque o senhor Presidente fala com arrogância para as pessoas, mas consigo vai ser a última vez que vai falar com arrogância, porque não lhe vai admitir. Voltou a dizer que tem idade para ser seu pai e tem que o respeitar, pelo que agradecia que o senhor Presidente chamasse o senhor Henrique para que viesse aqui publicamente, a esta Câmara e a este povo, dizer que mentiu, e não vai perdoar isso porque conhece o senhor Henrique há muitos anos, e o senhor Presidente disse que conhecia o senhor Henrique, mas o próprio conhece o senhor Henrique há muitos anos e viu-o crescer.

Por último, e por já ter percebido que não queriam chamar o senhor Henrique, pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia para entregar umas cópias das fotografias que mostrou a todos os partidos representados.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se pretendia prestar alguns esclarecimentos às questões colocadas.

Presidente da Câmara Municipal, Carlos Albino

Disse que iria começar pelo fim e, no que diz respeito ao senhor João Henriques, faltam-lhe as palavras para dar resposta a algumas das coisas que aqui disse, não quanto às questões práticas, às questões de substância, mas sim porque se tivesse que comentar pseudo conversas na rua ou o diz que disse, nunca mais sairiam daqui, por isso, e não lhe irão levar a mal, vai saltar esta parte e vai também, educadamente, relevar algumas afirmações que fez sobre a sua pessoa, porque senão teria que agir de outra forma e acionar outras instâncias, mas muito educadamente o que tem a dizer é que não vai comentar essas coisas.

No que diz respeito às questões da relva, disse que depois irá passar a palavra à vereadora Anabela Rosa, que tem a gestão dos espaços verdes e que poderá fazer um reporte dessa situação, sendo certo que todos conheceram e todos viram aquela que foi a sua campanha autárquica. Na altura, a erva ora dava

pela cintura ora dava pelos ombros e, não estando bem, o que é certo é que este ano não chegou a essas circunstâncias, e isso porque teve a oportunidade de andar pelos mesmos sítios e percorrer as mesmas ruas. É certo, e já foi dito múltiplas vezes, que a Câmara, pós pandemia, está a trabalhar em pleno e já não é possível desviar os trabalhadores da tarefa A para a tarefa B, seja para apoiar no corte de relva, seja para a limpeza urbana, o que lhes cria alguns constrangimentos, a par de não se ter investido em equipamento. Quando a Câmara Municipal, aos dias de hoje, tem que comprar um equipamento para o corte de canas, porque o equipamento já estava avariado há dois anos, para voltar a fazer atividade, quando a Câmara tem que comprar roçadoras, quando a Câmara tem que comprar sopradores, quando a Câmara tem que comprar mini tratores para o corte de relva, fica bem patente o nível de desinvestimento que havia nesta casa. Também fica patente o investimento que o Partido Socialista está a fazer, seja a nível de equipamento, seja a nível de contratação de pessoas e trabalhadores, porque acreditam e querem fazê-lo, sempre que possível, com recurso aos trabalhadores do município, mas quando não é possível dar resposta com os trabalhadores do município, contratam, e bem, empresas externas. Foi isso que fizeram, contrataram empresas externas para desenvolver o trabalho, e os resultados notam-se, estão à vista, foi em boa hora que eles entraram em vigor e esperam realizar, e já estão a planear, não contratos pontuais, mas contratos anuais, para que possam dar resposta a esta e outras matérias, numa lógica de uma gestão mais eficiente dos dinheiros públicos e para que, no final, as pessoas tenham um melhor serviço e possam ter um melhor serviço.

Para assinalar uma questão que aqui foi colocada, em que o senhor João Henriques acaba por se contradizer no âmbito da sua afirmação, porque começa por dizer que o próprio não fez nada, que não fizeram nada na Fonte da Prata, que não fazem nada, mas depois, no final da sua intervenção, também disse que foi a uma Assembleia Municipal e que o senhor Presidente se deslocou à Fonte da Prata e fez alguma coisa. Ou não fez nada, ou fez alguma coisa, mas ele lá saberá o que é que o próprio fez ou não fez, mas o que é certo é que este concelho é enorme, tem sessenta e seis mil habitantes, será impossível fazer tudo e também nunca prometeu a todos que faria tudo ao mesmo tempo.

O que é certo, e passando para o senhor Fernando Talhadas, é que as coisas com que se comprometeu em campanha eleitoral está a fazê-las, todas, uma por uma, rua a rua, equipamento a equipamento, investimento a investimento. Está a cumpri-las todas, agora não está a fazê-las todas ao mesmo tempo. Acha que, quando as pessoas lá em casa, ou no seu trajeto diário, verificarem que uma rua ficou feita, devem ficar mais satisfeitas porque isso apenas significa que a sua rua está mais próxima de ser executada, agora este é um trabalho imenso, laborioso, o caderno de encargos que lhes foi deixado é imenso, e estão a fazer as coisas paulatinamente, com método. Não estão a fazer as coisas de forma casuística ou por aquele que lhes vem aqui bater mais vezes à porta. É esse o critério que estão a seguir, estão a tentar ir a todas as freguesias sem exceção, seja a freguesia maior ou mais pequena, são todas tratadas com o mesmo respeito e com o mesmo cuidado, porque todos os cidadãos pagam IMI, ou contribuem de alguma forma para o município e, num espírito de comunidade, more numa rua uma pessoa ou morem dez, estão a intervencionar, sempre que possível, o máximo de ruas que conseguirem fazer. Às vezes, com ajuda de particulares, outras vezes com ajuda da junta de freguesia, outras vezes a Câmara sozinha, mas estão a intervencionar o máximo de arruamentos possível, e os presidentes de junta e as pessoas do município podem testemunhar isso, e é mesmo isso que o senhor testemunha, agora não podem é chegar a todo o lado ao mesmo tempo.

Lamenta não conseguir e que não seja possível chegar a todo o lado, mas é um percurso que estão a fazer, e aqui pediu a quem durante quarenta e seis anos ou, nomeadamente, desde oitenta e seis, que é a data do alvará de loteamento e nada foi feito, se pudessem esperar um pouco mais, tendo a perspetiva que querem fazer ou estão a trabalhar no sentido de o fazer, acha que é positivo, porque estão a fazê-lo na rede de águas residuais, estão a fazê-lo intervenção a intervenção para melhorar a qualidade da água que vai para o rio, neste caso, que vai para as valas reais, estão a fazê-lo em múltiplas matérias e esta, certamente, não será exceção, uma vez que existe esse compromisso. Quando se encontraram ali fora, e trocaram umas breves palavras, disse o que vai repetir aqui, pediu que não cortasse a sua intervenção, até para ficar registado, bem como para que também fique registado o que vai dizer, porque sendo sérios, a sua palavra basta, mas porque são pessoas de bem não se importam que as coisas fiquem registadas por escrito e, com todas as pessoas com quem vão lidando diariamente, as coisas ficam no papel para que depois não apareçam aqui, dez ou quinze anos depois, com uma casa que nem sequer licença tem, construída sabe-se lá de que forma foi e de que forma é que se manteve.

Avançando para uma questão prática, porque há aqui questões sobre a higiene urbana e os espaços verdes, e ainda que tenha noções gerais e abstratas desta situação, ficará melhor esclarecido se for a vereadora Sara Silva a responder sobre essa matéria. Em relação ao alvará que, neste caso, é uma das

suas competências, o que pode responder é que, sobre o assunto em causa, a reclamação dos moradores da Quinta do Quadrado que pedem o alcatroamento das ruas, há uma coisa que importa aqui esclarecer, porque o alvará de loteamento número cinco de oitenta e seis, que já tem muitos e muitos anos, pelo menos trinta e seis anos, tem várias condicionantes, ou seja, aquele alvará de loteamento tem inscrito condicionantes, e há condicionantes de várias ordens. Como o senhor disse, e bem, está ciente dos seus direitos e dos seus deveres e que o desconhecimento não é justificação, e o próprio conhece muitas pessoas que quando compram um terreno não vão ler, mas deviam, pelo que aconselhou todos a fazê-lo, porque as pessoas antes de comprarem ou fazerem um certo tipo de investimento devem vir à Câmara Municipal, o que até agradece, para terem noção do que é que podem e não podem fazer, porque depois é muito mais complicado, para quem adquire na expectativa de construir, confrontar-se com o facto de não o poder fazer por motivos do PDM, porque está em RAN ou em REN, ou por circunstâncias várias, daí que até agradeça que venham pedir esclarecimentos junto dos serviços de urbanismo.

Dito isto, a alínea terceira do alvará de loteamento refere que “a manutenção dos arruamentos internos da área a lotear e a arborização da faixa correspondente à frente de cada lote ficará da responsabilidade dos proprietários dos lotes” – ou seja, tanto os arruamentos internos como a arborização das faixas ficariam à responsabilidade dos proprietários dos lotes – “assim competindo aos moradores a respetiva manutenção”. Escusando-se de ler algumas considerações, porque também não interessam para o efeito, existe um processo que vinha de trás, não foi o atual executivo que o fez, que já está devidamente orçamentado referente à rua das Andorinhas, do Melro Azul, da Cotovia e dos Luzeiros, no montante, à data de execução do orçamento, e acredita que os preços agora continuem a subir, de duzentos e quarenta e três mil euros, ou seja, esta é uma situação que se tem arrastado ao longo dos anos, é uma situação à qual estão atentos, é uma situação que importa resolver, a par de outras que, no município, também importam resolver. Não se podem esquecer que, até há bem pouco tempo, verificaram que os montantes que estavam a ser cobrados para zonas designadas como não tendo infraestruturas, AUGI's ou conforme a caracterização identificada no PDM, em que teriam que pagar, aproximadamente, quatro vezes e meia, não estava a ser aplicado, o que faz com que a Câmara não tivesse os recursos fruto dessas taxas para depois fazer as intervenções. A Câmara, podendo, tomou a opção de deixar para trás o que está para trás, daí para a frente, estão a rever os processos e a analisá-los um de cada vez, o que lhes tem consumido muito tempo porque têm que regularizar um conjunto alargado de situações que, à data de hoje, já deviam estar regularizadas e não estão, por isso, este é o seu compromisso.

As ruas que aqui indicou estão no seu horizonte para poderem vir a ser intervencionadas, porque a lista que têm de ruas a intervir é longa, está a seguir uma ordem, o que vai sendo sempre conversado até com os presidentes de junta de freguesia, para aferir a prioridade de uma sobre uma outra, em função dos recursos humanos, materiais e financeiros que a Câmara Municipal tem disponíveis. O que quer dizer é que há aqui uma janela aberta para o diálogo, para trabalharem e continuarem a trabalhar de um ponto de vista de forma positiva e profícua para todos, para conseguirem fazer caminho, da mesma maneira que fizeram um arruamento numa rua onde moram duas ou três pessoas, no Vale da Amoreira, porque aquelas pessoas tinham tanto direito a ter a pequena faixa de rua feita como têm outros noutros locais, seja em Alhos Vedros, na rua de Dadrá, ou noutros locais. As pessoas têm direito e não estão a olhar ao facto de morarem lá três pessoas ou vinte pessoas, estão a tentar ir fazendo mediante as suas capacidades.

Não se pode comprometer com o dia e com a hora que vai lá porque, efetivamente, não sabe, mas o que pode dizer, por exemplo, sobre aquela senhora do bairro Paixão, se não fosse todas as semanas era todos os meses, e demorou dez meses, o arruamento do alto da Moita, por cima do moinho, que fizeram e que ainda não está terminado porque vai ter que ser continuado até ao Pinhal D' Areia, que o senhor Presidente da Junta bem como os moradores nem o deixavam descansar se não terminasse aquela intervenção, e bem. Posteriormente, encontrou uma moradora daquela zona em Sarilhos Pequenos que lhe perguntou por aquela estrada, tendo-lhe dito que estava feita há duas semanas, ao que a senhora lhe disse que tinha ido à Câmara antes das eleições, perguntaram-lhe que idade é que tinha, ao que respondeu quarenta anos, e a resposta que lhe deram foi que nem por mais quarenta anos a estrada estaria feita. Com a gestão atual demoraram pouco mais de dez meses para conseguir fazê-la, mas não conseguem fazê-las todas com um estalar de dedos assim como gostariam.

Mas, reitera o compromisso de, paulatinamente, em função dos meios disponíveis que tenham, investirem todos os recursos disponíveis no sentido de servir a população do concelho da Moita. É aqui que investem todas as energias, é aqui que investem todo o seu trabalho, é por isso que, às vezes, estão com um ar mais cansado, porque passam grande parte do seu dia a resolver situações que lhes aparecem, e acabam por estar disponíveis para receber as pessoas ao longo do dia, às vezes, situações inesperadas de que vão tendo conhecimento. Por isso, da mesma forma que estão agora a avançar, e para dar um horizonte de

esperança, para a estrada da Vinha das Pedras, para mais outra rua na Baixa da Banheira que também vai ser feita, cujo nome agora não se recorda, a par de outras que têm vindo a fazer, existe esse compromisso e o que pede aqui, porque vão ter que arranjar uma forma para que seja mais rápido, apesar de que o fariam de qualquer das formas, mas para ser mais rápido, se for com a ajuda dos moradores tanto melhor, aliás, como sucedeu com uma rua em Alhos Vedros, em que disse ao senhor Presidente da Junta que iam fazê-la, mas se pudessem contar com a ajuda da Junta de Freguesia de Alhos Vedros, iam fazê-la mais rapidamente. O que pode dizer é que querem melhorar a mobilidade e as acessibilidades em todo o concelho, independentemente das pessoas se deslocarem de mota, de carro, de bicicleta ou de trotinete, porque para si, isso não é fator distintivo, querem melhorar a mobilidade para todos, sem exceção, e será tão mais rápido consoante as ajudas que tiveram, porque as dificuldades que encontraram são várias e em vários planos, e é este o seu compromisso.

Dizer também que perante algumas situações que relatou de depósito ilegal de resíduos, o que pede é que denuncie sempre que possível e, visto que até pela natureza profissional que tem, deve ter esse sentido cívico muito vincado, o que pede é que sempre que identificar, o senhor ou outros, porque é esse o dever de qualquer cidadão, qualquer coisa irregular que denuncie às autoridades competentes para que possam atuar, ou liguem para os serviços para que os fiscais da Câmara vão lá, insistam, e se houver algum problema liguem diretamente, venham à Câmara, para que os fiscais possam atuar e, no caso dos depósitos ilegais de resíduos de construção e demolição, de frigoríficos e outros, que contactem a GNR do ambiente, para que também possa estar em cima dos prevaricadores e para que possa atuar, porque na Câmara não têm meios e não vão conseguir estar em todo o lado.

Depois, e agradecendo, desde já, a disponibilidade que demonstrou para ajudar na limpeza do espaço, o que não será necessário, mas agradece mesmo a disponibilidade, o que precisam mesmo é que os prevaricadores sejam apanhados e sejam castigados, para que não voltem a depositar resíduos, seja na Quinta do Quadrado, seja em que ponto do concelho for, seja em que o município for, porque os prevaricadores têm que ser apanhados.

Em relação à segurança é com forças de segurança e aquilo que podem fazer, e fazem, é alertar e passar a informação às forças de segurança de que alguma coisa, aqui ou ali, está menos bem, mas é o que fazem e vão continuar a fazer.

Para responder às outras matérias que não são da sua competência pediu permissão ao Presidente da Assembleia Municipal para passar a palavra à vereadora Sara Silva.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Anuiu e pediu que fosse breve, uma vez que já ultrapassaram o tempo estabelecido no Regimento para este período, e ainda terá de haver lugar para ouvir um membro de cada bancada que queira falar. Sendo certo que as pessoas precisam de respostas, pediu que tentassem ser objetivos em relação às questões que as pessoas colocaram.

Vice-presidente da Câmara Municipal, Sara Silva

Começou por agradecer as questões que foram aqui colocadas pelos munícipes, porque este é o local exato para esclarecerem e é para isso que aqui estão.

Sobre as questões apresentadas pelo senhor Fernando Talhadas, quanto à recolha do lixo, à limpeza das ruas, aos monos e à recolha dos resíduos de jardinagem, quis dizer que, de facto, em junho, numa Assembleia Municipal, denunciaram que estavam com sérios problemas, tendo em conta que ainda havia muitos casos de Covid e pela falta de pessoal. Nessa mesma Assembleia, deram conta, e assumiram o compromisso, que iriam contratar serviços externos para colmatar estas necessidades e, de facto, os serviços começaram a operar no início de julho, naquilo que respeita à desmatação e ao controlo de pragas e, naquilo que respeita aos monos, iniciaram mais tarde do que aquilo que estava previsto, por constrangimentos que houve ao nível de procedimentos e concurso, e iniciaram no dia cinco de setembro. É certo também que, perante a recolha do lixo tardia, como referiu, as pessoas colocam o lixo junto aos contentores e não o deviam fazer, porque isso é, decididamente, uma falta de civismo e encontram muito, por todo o concelho, esse tipo de atitudes. Têm que ser um bocadinho responsáveis e saber que cada um também tem que contribuir para a limpeza urbana, porque isso não cabe só à Câmara, mas também cabe a cada um. De facto, é uma falta de civismo, e vão tentando educar quem ainda não o faz para que tenham um concelho mais limpo.

Em relação aos monos, iniciaram a contratação externa no início de setembro e têm dias específicos para a recolha e, segundo indicação dos serviços, esta zona ainda não está contemplada na recolha de bio resíduos, contudo os resíduos de jardinagem são recolhidos pela equipa de monos, portanto, são recolhidos duas ou três vezes por semana e estão a cumprir os circuitos. Evidentemente, os encarregados da Câmara estão a acompanhar a empresa que faz esse serviço e, neste momento, nota-se uma evolução muito positiva na higiene urbana e na recolha de resíduos sólidos. Aquilo que se está a passar é que, muitas das vezes, as pessoas, porque fazem as suas limpezas ao fim de semana, numa altura em que os resíduos são recolhidos à terça-feira, colocam os resíduos ao sábado, pelo que pediu e apelou, sendo que também irá haver uma campanha de sensibilização, para que coloquem os resíduos na altura devida, de maneira a que eles fiquem pouco tempo na via pública e, de facto, no dia a seguir, conseguirem recolher, uma vez que estão a cumprir todos os circuitos com a equipa externa, todos sem exceção.

Em relação à limpeza urbana, o depósito de lixo nos terrenos continua, já foi feita uma intervenção conjunta entre serviços da Câmara e, de facto, chegaram à conclusão que a fiscalização e as multas, neste aspeto, têm que surgir. Vai ter que ser porque têm verificado que a falta de cumprimento é muita, e vão ter que tomar uma atitude na fiscalização de uma forma mais intensiva e depois vão ter que partir, como fazem outros municípios, para a aplicação de coimas para quem não cumpre.

Em relação àquilo que lhes trouxe o senhor Ricardo Meireles e o senhor Mário Alberto, que é praticamente a mesma situação, dizer que, como munícipe e como responsável pela emissão das licenças de ruído, compreende perfeitamente aquilo que é ter sempre que salvaguardar o descanso de todas as pessoas, até porque isso é uma questão que também envolve a saúde, portanto têm, com certeza, que salvaguardar o descanso dos moradores, nomeadamente, da rua Miguel Bombarda ora em questão. Contudo, aquilo que também pode dizer em relação ao não ter sido dada resposta aos e-mails que lhes foram chegando, e a sua justificação vale o que vale, mas é sincera, é que esteve a acompanhar estas festas dez dias no terreno, obviamente que as respostas não ficaram por dar, mas teve alguém que a ajudou a dar essas respostas e, de alguma forma, para que não ficassem sem resposta e, como aqui foi dito e muito bem, também encaminhou para o doutor Jorge Loureiro para, à luz daquilo que é o regulamento do ruído, tentar dar uma justificação do porquê de ter sido emitida uma licença de ruído, não concretamente para a festa do Salero, mas para todas as festas privadas e todas as associações que se quiseram juntar a estas grandiosas festas, a quem também emitiram.

Para fazer aqui um bocadinho o apanhado do porquê de terem emitido a licença de ruído, e como muito bem disse quando alegou ser um desrespeito pela lei do ruído, porque o regulamento geral do ruído diz que, de facto, não é permitido ruído entre as vinte horas e as oito horas, contudo esta lei tem exceções e também diz que a Câmara Municipal tem autoridade, tem poder suficiente, para autorizar este ruído no âmbito de festividades e, de facto, estas festividades dão-lhes, de alguma forma, um certo conforto para poderem emitir estas licenças de ruído, e quanto ao espaço não compete à Câmara averiguar, mas sim às autoridades fiscalizadoras das atividades económicas. Em todas as licenças de ruído emitidas até às quatro da manhã, entenderam que, numa altura em que vinham de dois anos de pandemia, para todos os moradores, todos os visitantes e todos os munícipes da Moita que vivem estas festas de uma maneira muito especial, e acredita que não sendo da Moita possa não viver da mesma forma as festas da Moita, e acredita que tem toda a razão em querer descansar, contudo, depois de dois anos de pandemia, é essa a justificação. Provavelmente, a justificação não é válida para o senhor, mas a razão porque foram emitidas estas licenças que, anteriormente, eram emitidas até às três horas, e que prolongaram, precisamente porque havia uma grande necessidade de retomarem aquilo que era o convívio e aquilo que era a diversão das pessoas na rua, e foram todas estas condicionantes que os ajudaram a emitir uma licença extraordinária até às quatro da manhã. Possivelmente, no próximo ano, poderão ou não fazê-lo, mas este ano toda a conjuntura era favorável a que dessem este parecer positivo e emitir as licenças até às quatro horas. Todas as licenças solicitadas, e todas sem exceção, foram emitidas com parecer favorável, desde o Salero a ene festas privadas que aconteceram, e que também deram uma certa grandiosidade a estas festas, e é também disso que vivem. Também vivem do associativismo que se associa a estas festas e que também querem trazer um bocadinho daquilo que são as suas festas para dentro das festas da Moita. É com muito bom grado que os acolhem, não podiam abrir exceções para ninguém e, de facto, autorizaram a licença também para o Salero.

Dizer também que entendem que estas iniciativas engrandecem e aumentam a oferta de diversão nestas festas e que estão a falar do perímetro central destas festas, não estão a falar de uma festa fora do perímetro. Estava integrada nas festas, estava no centro das festas e por isso foi considerada. Dizer também que, em edições anteriores, estas festas Salero já aconteceram em diversos pontos, também em zonas habitacionais, e também foram autorizadas, portanto, também aqui não é uma novidade. Já

aconteceram em várias zonas habitacionais e foram autorizadas. Vale o que vale, mas entenda-se que as festas da Moita são dez dias no ano e todos acabam também, de alguma forma, por sofrer um bocadinho e condicionar as suas vidas e o seu dia a dia, também em prol daquilo que é acolher com bom agrado estas festas, que são grandiosas e que a todos orgulha. Com isto, não quer dizer que no próximo ano não vão ter em atenção aquilo que lhes trouxeram aqui, com certeza, vão ter em atenção, contudo são as festas da Moita, pelo que também pediu um bocadinho de compreensão, e com a certeza que vão chegar a um consenso e que os vão consultar numa próxima vez. O conselho coordenador, juntamente com a Câmara Municipal, irá com certeza ter isso em atenção e salvaguardar aquilo que são os direitos de uns e de outros numa próxima edição, porque também estão cá para isso e para ouvir todas as partes.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou às forças políticas representadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre as questões colocadas.

Deputado Municipal Independente João Gaspar

Pensou que não iria intervir hoje, até porque as intervenções anteriores falaram um pouco do que seria a sua intervenção, porque ia falar de lixo e de limpeza de ruas, sendo morador do Bairro Francisco Pires sente um pouco da dor daquelas pessoas que vieram aqui falar, o que foi bom porque poupou um bocadinho o seu discurso e de cansar os presentes. No entanto, tinha feito um pouco de pesquisa e, em resposta à vereadora Sara Silva, quis dizer que não respondeu a algumas questões que foram aqui colocadas, nomeadamente, porque não é uma questão de falta de civismo dos moradores daquelas zonas. Como foi dito, há pessoas e empresas que vão lá descarregar o lixo nesses pontos que ficam isolados do resto do concelho, portanto, não é uma questão de falta de civismo dos moradores, há realmente um problema de empresas que vão lá, ou pessoas, durante a noite, e não ficam lá três dias à espera da recolha, ficam muito mais tempo à espera de recolha.

Perante esta indicação de que será falta de civismo por parte dos moradores que foi aqui dita, encontrou na página da Amarsul um projeto muito engraçado que se chama “reciclar doce reciclar”, que têm a ver com a recolha de lixo porta a porta, o que iria evitar, nas zonas rurais e de moradias, terem ilhas de lixo, de ecopontos e de lixo orgânico, uma vez que passam a ser os moradores a ter os contentores em casa, porque até têm terreno para os poder ter, que lavam esses contentores e que os colocam ao final do dia na rua para haver um processo de percurso de recolha. É feito assim em Lisboa há muito tempo, a Quinta do Conde já o faz, segundo a página Almada já o faz, em Azeitão também já existe essa recolha porta a porta nas moradias, pelo que gostaria de sugerir, e não tendo feito uma recomendação, fá-lo desta forma informal, que consultassem a Amarsul. Acha que houve uma reunião com a Amarsul, da qual ainda não obtiveram informação sobre o resultado da mesma, e também seria interessante saberem o que é que a Amarsul poderá dizer sobre isto, mas não é só a reciclagem, uma vez que também se fala aqui de lixo orgânico, portanto, não é só competência da Amarsul. Acha que era interessante saberem sobre este projeto, talvez aplicá-lo nas zonas rurais e nas zonas de moradias, onde as pessoas podem ter estes contentores, e fazer essa gestão. Não sabe se é uma questão de dinheiro, se é de má vontade, pelo que deixa aqui uma oportunidade para se explicarem a todos.

Outra coisa que também gostaria de aqui afirmar, relativamente às licenças da festa e tudo o mais, porque acha que todos gostam da festa e todos querem a festa da Moita, mas pensava que iria ouvir, realmente, um pedido de desculpa aos moradores que são tão da Moita como os outros que são da Moita, e que moram cá e têm direito ao seu descanso. Realmente, é uma tradição das festas que já vinha de antes, de que gostam, o próprio é frequentador, portanto, pior que ninguém, se calhar até fez barulho ao pé das suas casas porque ao fim de semana deve ter lá passado, pelo que também pede desculpa, mas isso não valida que possam dizer “ai não, mas isto sempre se fez”, porque como sabem, antigamente, as mulheres não votavam, e sempre assim se fez, e depois lutaram para que as mulheres votem. O “sempre se fez” não é justificação para continuar a fazer, e antes a licença era até às duas da manhã durante a semana, não era até às quatro.

Percebe perfeitamente e acha que a resposta sobre o final da pandemia é uma resposta que tem que ser dada porque, realmente, estavam desejosos, mas também acha que deviam fazer um mea culpa e dizer “se calhar não resultou” e partirem para a próxima, fazer melhor e ouvir os moradores, porque acha que é com todos que tem que se fazer a festa, não só com quem trabalha dentro do município e vive a festa porque, cada vez mais, as pessoas trabalham fora. Nem todos podem ter esse privilégio, a maior parte das pessoas que trabalham em Lisboa, e tiveram aqui relatos de várias pessoas que não estão a trabalhar no

concelho para as quais, durante as festas, foi muito complicado. Por isso, acha que é importante as pessoas ouvirem da parte do executivo que os vão ouvir a todos e, se calhar, tentar que essas licenças de ruído até mais tarde, numa próxima, sejam feitas fora do perímetro residencial e que se possa afastar um bocadinho mais.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Disse que ia ser breve e que queria apenas referir três situações, uma pela positiva, porque numa das últimas assembleias municipais referiu a dificuldade que havia pelo amontoar de monos na praça Carlos Marques e na rua 26 de Janeiro, e é verdade que a partir do início de setembro melhorou significativamente porque, neste momento, não se veem lá monos, a não ser porque às vezes as pessoas não respeitam e metem à quarta-feira, quando está lá bem explícito quando é que os monos devem ser colocados, mas também não acumula de semana para semana como acontecia no passado. Tem acontecido alguns episódios com a Amarsul na recolha dos plásticos e dos papelões, dos quais tem feito alguns alertas ao senhor Presidente, até com fotografias, em relação a essas situações, o que também está a melhorar significativamente.

Quanto à questão do lixo orgânico, pensa que tem que haver um equilíbrio muito bom entre as zonas urbanas e as zonas rurais na recolha desses lixos porque, por vezes, isso pode não estar a acontecer, e daí o protesto das pessoas que aqui vieram. A questão dos entulhos é um drama que têm no concelho e acha que tem que haver uma alternativa divulgada junto das dezenas de pequenos empreiteiros que andam por aí, de onde é que devem depositar o seu lixo, e essa tem que ser uma divulgação maciça, porque senão vão continuar sempre com este problema, que todos devem denunciar e, se virem, devem tirar uma fotografia e mandar para a Câmara, e ainda fazer uma divulgação pública dizendo onde é que devem ir lançar o seu entulho.

No que concerne ao ruído, lamenta imenso, porque uma pessoa que esteja dez dias sem dormir dá em doido, qualquer pessoa dez dias sem dormir dá em doido, quanto mais estar dez dias a ouvir música até às quatro da manhã. Pensa que o ruído, nessas zonas, pelo menos durante a semana, devia terminar à meia-noite imperativamente, seja a festa da Moita, seja a festa do Zé Maria. Para si era a meia-noite que acabava e que se prolongasse ao fim de semana sim, independentemente de se prejudicar à mesma pessoas, porque o mundo hoje não está organizado com fins de semana, está organizado com pessoas que trabalham em turnos, que ao sábado e ao domingo também vão trabalhar e que descansam à quinta ou à sexta, portanto, era bom que no futuro não entrassem por licenças de ruído superiores à meia-noite durante os dias de semana e à uma ou duas da manhã ao fim de semana, agora às quatro da manhã é impensável.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Começou por agradecer a quem usou um pouco do seu tempo para vir aqui dizer de sua justiça sobre os assuntos que os incomodam porque, realmente, têm que valorizar esse papel porque esta é a casa da democracia, é a casa em que todos os munícipes da Moita têm também o dever de vir aqui apresentar as suas questões para que a coisa pública seja gerida da melhor forma.

Sobre as questões da Quinta do Quadrado disse que já têm alguns anos, o loteamento está aprovado, e que acha que o Sr. Presidente confundiu loteamento com arruamentos e asfaltamento, porque acaba tudo em “ento”, mas não é a mesma coisa. As questões da limpeza e da recolha de resíduos não são questões de asfaltamento, e essas questões têm a ver com as próprias atividades regulares do município, que sabem que tiveram dificuldades com avarias, com Covid, com tudo aquilo que acontece em todas em todas as entidades, todas, nomeadamente, nas câmaras municipais, e foi isto que aconteceu nos últimos dois anos, ainda mais do que é normal. O que se passou nestes últimos meses, ao contrário daquilo que o senhor Presidente costuma dizer, de que a culpa é sempre da CDU, este ano é, claramente, responsabilidade da gestão do PS, e depois também não convém confundir corte de ervas com arruamentos, e isso também foi feito. Têm sido aqui dito, várias vezes, falam com os munícipes pelo concelho fora e é comum, como toda a gente diz, que os parques estão em pior estado, e não é um nem são dois, são praticamente todos. De vez em quando, lá vai um corte e a última vez que fizeram um corte, ainda por cima, ficou mal feito, a avaliar pelas imagens que lhe mandaram e que lhe disseram ter sido enviado para o município, mas isso não pode comprovar.

Em relação às questões do ruído, mais uma vez, há aqui um assunto que não podem, de maneira nenhuma, ignorar. As várias festas são momentos em que os munícipes, uma vez que o concelho é muito

polinucleado e têm vários núcleos urbanos com características muito fortes, e as festas da Moita têm características muito vincadas e juntam população não só da Moita, também das várias localidades dentro do concelho e fora do concelho, mas estas festas não podem prejudicar de uma maneira exagerada, ainda que saibam que vai prejudicar sempre, a vida das pessoas. Não há hipótese de não prejudicar com cortes de trânsito, com ruído até um pouco mais tarde, mas isto não pode ser algo que extravase tudo o que é normal, e depois não podem justificar com o que vinha de trás. Não podem justificar. Havia licenciamento até às duas da manhã aos dias de semana e até às três da manhã ao fim de semana, mas estar até às quatro da manhã durante dez dias consecutivos, para quem tem crianças, é tortura, é uma tortura dos tempos modernos e não podem. Foi feita esta experiência, infelizmente, mas espera que nas próximas edições da festa a Câmara tenha isto em atenção.

Em relação ao policiamento da Quinta do Quadrado percebe perfeitamente aquilo que foi dito, porque sente quase o mesmo na Baixa da Banheira, e muito perto do posto da PSP porque mora a quinhentos metros, e já teve que ligar para lá e disseram-lhe que não podiam ir, portanto, percebe perfeitamente, mas todos sabem que a PSP, neste concelho, está em instalações cedidas pelo município desde sempre, porque o governo nunca construiu aqui uma esquadra da PSP, nunca construiu aqui uma esquadra da GNR, e o que tem acontecido nos últimos anos é retirar forças de segurança ao concelho, o que é claro que vai criar problemas, e o senhor sente-se incomodado e sente-se sozinho, como o próprio também se sente e mora numa zona densamente populacional. Gostava que estas situações pudessem ser corrigidas o mais brevemente possível, sabe que em algumas foi feito caminho no mandato anterior, nomeadamente, com a permuta de terrenos para a construção do quartel da GNR na Moita, mas até agora não têm notícias de que o quartel vá ser construído ou quando é que vai ser construído. Foi feito um protocolo de cedência de troca de instalações e, até agora, não sabem mais nada, mas houve aqui novidades no discurso destes autarcas porque, antigamente, a culpa era da CDU, agora compete às autoridades, portanto, espera que todos os que aqui estão e os que os estão a ouvir em casa percebam esta diferença. Esta é realmente a diferença que há, portanto a mudança foi esta. Antigamente a culpa era da CDU, agora a culpa é das autoridades que não fazem o seu papel e acima de tudo dos munícipes, porque são pessoas que não limpam, que sujam a via pública e que provocam problemas ao município. Foi esta a mudança que tiveram.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção, deu por concluído o período de intervenção do público.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Informou que deram entrada na Mesa da Assembleia os seguintes documentos para discussão, apreciação e votação:

- A - “Saudação ao 5 de outubro”, apresentada pelo Grupo Municipal do BE;
- B - Moção “Por melhor saúde no concelho da Moita”, apresentada pelo PSD;
- C - Moção “Transportes Metropolitanos: É preciso corrigir e já!”, apresentada pelo Grupo Municipal do PS;
- D - Moção “Pela resolução dos problemas no serviço de transportes rodoviários de passageiros no Concelho da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU;
- E - Moção “Pela construção de pavilhões ginnodesportivos em falta nas escolas do Concelho da Moita”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.

Em seguida, pediu ao GMBE para proceder à apresentação do documento A.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

“Saudação ao 5 de outubro

A libertação republicana do absolutismo monárquico teve lugar na Moita a 4 de Outubro de 1910 e foi recebida com regozijo pela população.

A República, implantada pela revolução popular no dia seguinte, 5 de Outubro e cujos 112 anos se assinalam no próximo dia 5, revolução que constituiu a primeira tentativa histórica de democratização e de modernização da sociedade portuguesa no séc. XX.

A I República que daí resultou, é, sem dúvida, um património da luta emancipatória do povo pela democracia, pelo progresso e pela justiça social.

A I República trouxe-nos, talvez, a mais importante reforma civilista das instituições do século XX: a separação do Estado das Igrejas, e com isso a o Estado tornou-se (quase) laico bem como o ensino, o casamento civil, o divórcio, o registo civil, com a implementação do direito ao sufrágio universal, abandonaram-se os cargos políticos vitalícios e hereditários a favor de cargos políticos eletivos e temporários.

Provavelmente, é essa República retemperada e redescoberta que inspirou a resistência à Ditadura Militar e ao Estado Novo, é essa República enquanto tentativa pioneira da democratização e da modernização social e política do país que faz sentido lembrar e assinalar nos seus 112 anos.

Não para a comemorar ritualmente, mas para a celebrar, fazer a República hoje, é defender a democracia política e social, a justiça social, os direitos de quem trabalha, a escola pública, a saúde e a segurança social para todos, os direitos das minorias e a paz.

É essa a República da Rotunda, a nossa República: sempre jovem, sempre combatente.

Viva a República!

Moita, 30 de Setembro de 2022”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a saudação à discussão intervieram:

Deputado Municipal Independente João Gaspar

Começou por dizer que esperava que nesta sua intervenção não lhe voltassem a cortar o som, como aconteceu na intervenção anterior, em que a meio ficou sem som conforme já lhe foi comunicado.

Sobre a saudação, haveria mil e uma razões para saudar o 5 de outubro e a República, e não sabe se há algum professor de história presente nesta sala, mas muito pouco do que está aqui é correto. Falam da “libertação republicana do absolutismo monárquico” quando era “monarquia constitucional”, e ainda esta semana o PS, na Assembleia da República, celebrou os duzentos anos da Constituição, portanto, da monarquia constitucional, ou seja, não era absolutismo, em mil novecentos e dez não tinham isso, e não sabe se alguém tem essa noção, mas não tinham desde o Marquês de Pombal. Mais à frente, refere “a primeira tentativa histórica da democratização e modernização” quando o período anterior já tinha democratização, e não pode assistir a isto nem vai poder assistir a esta saudação só por causa disto, porque há aqui questões históricas que não estão corretas. Depois diz “o Estado tornou-se quase laico”, mas não, o Estado é laico, o Estado português é laico, não é quase laico, e poderia continuar. Até na questão do Estado Novo não percebe como é que alguém pode dizer que a República é pioneira e, ao mesmo tempo, dizer que foi ela que, por sua vez, veio inspirar a revolução, quando a primeira República, que era anárquica, deu lugar ao Estado Novo que, por sua vez, deu lugar à revolução do 25 de abril, e está tudo interligado na história.

Não podem fazer revisionismo histórico e dizer o que seria se fossem uma monarquia, porque é o mesmo que estarem a dizer que a Inglaterra, a Espanha, a Holanda, a Bélgica não são democráticas e que não respeitam os trabalhadores, ou que, por exemplo, na Holanda, “coitados têm um ordenado mínimo inferior ao nosso e, com certeza, mais horas laborais”. Podiam falar do 5 de outubro, elogiar das formas possíveis e imaginárias a República, mas não desta forma, ainda por cima, começando logo com a referência ao “absolutismo monárquico”, que era uma coisa que não existia na altura, era monarquia constitucional.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

Informou que não é professor de história, nem é formado em história, que tem o curso de serralheiro, mas, exatamente na altura da República, já não estavam a viver há dois anos na tal monarquia constitucional, porque João Franco ganhou as eleições em mil novecentos e seis e o rei cedeu-lhe à vontade, e então acabou-se o Parlamento, acabaram-se as cortes e estavam em ditadura do senhor Franco. Essa é que é a realidade, e foi isso que possivelmente determinou, nomeadamente, pelo decreto-lei que o rei assinou em Vila Viçosa a trinta e um de janeiro de mil novecentos e oito, aquela forma mais radical da ala republicana que gerou, naturalmente, o atentado no Terreiro do Paço, exatamente, porque esse decreto-lei iria permitir que qualquer pessoa que criticasse a monarquia fosse, única e simplesmente, sem julgamento, exilada, deportada para as colónias ou simplesmente presa. Mas, se quer outra explicação histórica com detalhe, Raul Brandão, por exemplo, que é uma das pessoas que escreveu sobre isto, e com algum detalhe, porque esteve próximo das pessoas, do Buiça e outros, que executaram aquele ato e aquele atentado, inicialmente, até não era para o rei, era para João Franco.

Aqui há uma explicação de que estavam a viver desde mil novecentos e seis, de facto, uma situação absolutista. Absolutista. Ora, quando estão aqui a invocar o absolutismo é por comparação com o miguelismo, porque na altura não se usava ditadura fascista, ou coisa que o valha, ou seja, estavam a reverter em mil novecentos e seis a situação constitucional, essa sim, que nasceu na revolução liberal que, infelizmente, o concelho não festejou, muito embora o Bloco de Esquerda aqui há uns anos incitasse o município fazê-lo, mas não festejaram, que era, de facto, a revolução liberal e a Constituição de mil oitocentos e vinte e dois. É isso que, naturalmente, veio animar aquilo que aconteceu com a República. E esta é a mínima história que, como serralheiro de formação, pode dar.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a saudação a votação.

Submetida a **saudação** a votação, foi a mesma **aprovada** por maioria com vinte e seis votos a favor, sendo treze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD; três abstenções, sendo duas do PS, uma do CDS; dois votos contra, sendo um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao Deputado Municipal do PSD para proceder à apresentação do documento B.

Deputado Municipal Elvis Freitas do PSD

Antes de dar início à leitura da moção, assinalou um lamentável lapso pelo papel timbrado em que foi elaborada esta moção, uma vez que se trata de uma moção do PSD e não da Coligação Merecemos Mais, e que, oportunamente, faria chegar aos serviços de secretariado o documento retificado, pelo qual, desde já, pediu desculpa.

“Moção

Por melhor saúde no concelho da Moita

Moita, 30 de setembro de 2022

O direito à saúde encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa no artigo 64. No seu ponto 1 lê-se: “Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) atravessa atualmente um momento de grande crise sobretudo por falta de médicos e outros profissionais de saúde. É necessário que haja uma visão estratégica a médio e longo prazo que inverta a situação atual.

As autarquias não têm competência para contratar médicos, mas os autarcas, eleitos pela população, têm o direito e o dever de, junto dos responsáveis, apresentar os problemas e exigir soluções.

No site do SNS podem ser consultados os seguintes dados:

- Na UCSP de Alhos Vedros trabalham presentemente 5 médicos, 2 médicos internos, 5 enfermeiros e 2 secretários clínicos. Das 11.572 pessoas inscritas, só 46,15% têm médico de família;
- Na UCSP da Baixa da Banheira trabalham presentemente 14 médicos, 16 enfermeiros e 5 secretários clínicos. Das 23.860 pessoas inscritas, 75,58% têm médico de família;
- Na UCSP da Moita trabalham presentemente 3 médicos, 11 enfermeiros e 2 secretários clínicos. Das 13.222 pessoas inscritas, apenas 37,33% têm médico de família;
- Na USF Querer Mais trabalham presentemente 6 médicos, 4 médicos internos, 6 enfermeiros e 4 secretários clínicos. Das 10.109 pessoas inscritas, 99,93% têm médico de família.

Daqui se constata que o número de médicos e de enfermeiros é insuficiente e que a percentagem de pessoas, no concelho da Moita, sem médico de família, é muito elevada. Por isso é necessária uma profunda reforma do SNS que se centre na prevenção da doença e na promoção da saúde. É fundamental planear uma reestruturação de forma clara e realista para ultrapassar esta crise.

A Assembleia Municipal da Moita não pode assistir passivamente ao problema do acesso à saúde no seu concelho e deve ter também um papel importante nesta matéria. Assim, perante esta redução preocupante da prestação de cuidados de saúde no concelho da Moita, a Assembleia Municipal da Moita delibera:

- **Manifestar a sua preocupação pela degradação contínua do SNS e que está a prejudicar gravemente a população do concelho da Moita;**
- **Exigir a vinda de mais médicos de família para as Unidades de Saúde do concelho da Moita;**
- **Solicitar uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Moita, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Moita, o Sr. Diretor do ACES Ribeirinho, os Srs. Diretores das UCSP e da USF do concelho da Moita e 1 elemento de cada bancada da Assembleia Municipal com vista a esclarecimentos e propostas de solução do exposto nesta moção.**

Esta Moção deverá ser enviada para:

Sr. Presidente da República;

Sr. primeiro-ministro;

Sr. Ministro da Saúde;

Grupos Parlamentares;

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;

Diretores das UCSP e da USF do concelho da Moita; Juntas de Freguesia do concelho da Moita.

O representante do PSD na Assembleia Municipal

Elvis João Duarte de Freitas”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

A bancada da CDU, apesar de não chamar de incorreções, considera haver aqui um outro elemento que, no seu ver, falta ainda acrescentar, nomeadamente, que nem todos os médicos que são colocados estarão ao serviço por questões várias, e sabem que nos vários centros de saúde os utentes sem médico de família são superiores a estes que são apresentados aqui nesta moção, mas não vai ser isso que os vai impedir de estar no acordo com ela. Querem, no entanto, fazer uma sugestão dado que neste concelho existem mais do que uma comissão de utentes da saúde, que têm feito um trabalho extraordinário de acompanhamento destas questões, inclusive, têm tido reuniões regulares com ACES ribeirinho, e algumas não tão regulares com o próprio Ministério da Saúde, pelo que gostariam de propor que as comissões de utentes da saúde do concelho da Moita pudessem ser também convidadas a participar nesta reunião conjunta.

Deputado Municipal Elvis Freitas do PSD

Quis apenas salientar que estes são os dados oficiais que constam no site do SNS, portanto, é certo o que o senhor deputado disse, tem toda a razão, mas os valores oficiais e que estão registados no portal do SNS são os que aqui foram transmitidos.

Quanto à proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU confirmou que aceitava incluir o convite às comissões de utentes da saúde.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezasseis votos a favor, sendo dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar; doze abstenções do PS; três votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pedi ao GMPS para proceder à apresentação do documento C.

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

“Moção

Transportes Metropolitanos: É preciso corrigir e já!

Com o objetivo de criar uma rede de transportes eficiente, sustentável e sintonizada com as necessidades das pessoas e dos territórios, os municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), num esforço político sem precedentes, delegaram na empresa TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, gestora da marca Carris Metropolitana, as competências de gestão dos transportes. O impulso inovador, resultante de uma convergência de vontades, pretendia implementar um novo conceito de transportes públicos, capaz de responder aos grandes desafios ambientais e de mobilidade das grandes áreas metropolitanas.

Consciente dos enormes benefícios que este modelo de transportes significaria para a região, para o concelho e para a população da Moita, constatamos que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver esforços para acautelar o sucesso na implementação da nova rede, trabalhando em conjunto com a TML, durante estes meses, dando sugestões e fazendo alertas de algumas situações. Sabemos, por exemplo, que para evitar eventuais constrangimentos e agilizar o seu funcionamento, o concelho da Moita não procedeu à alteração do percurso de nenhuma das carreiras no seu concelho, nas semanas que antecederam a entrada em funcionamento dos autocarros da Carris Metropolitana na Área 4.

Contrariando todas as expectativas, a Carris Metropolitana começou a revelar um mau serviço prestado à população, desde o início. Logo no dia do seu arranque no concelho da Moita verificaram-se autocarros avariados, falta de informação aos utentes, falta de horários, de postaletes e atrasos. Esta realidade inesperada foi acompanhada pelo município e reportada à TML, com a expectativa da melhoria ou superação dos problemas.

Esta Assembleia Municipal trouxe cá em 30 de junho os responsáveis da TML e o 1º Secretário da AML para ouvirem a nossa população e darem as suas justificações e explicações para os problemas até então e apresentarem as suas perspetivas de melhoria necessárias.

Lamentavelmente, 4 meses depois do início dos serviços de transportes da TML no concelho da Moita, 3 meses depois desta vinda dos referidos responsáveis a esta Assembleia, continua tudo quase na mesma!

As queixas dos utentes mantêm-se e os problemas têm vindo a agravar-se continuando a afetar diariamente a vida dos munícipes. O que era um impulso positivo da mobilidade no plano metropolitano transformou-se num fator de perturbação dos quotidianos das pessoas e das dinâmicas dos territórios. O quadro insustentável regista situações inaceitáveis:

- Há carreiras em que estavam previstas oito frequências diárias e que estão agora reduzidas a apenas duas (nº 4102);
- Há carreiras a operar ainda com os horários dos TST (nºs 4102 e 4103);

- Há situações em que a sobrelotação em hora de ponta não permite que os autocarros recolham passageiros, ficando os utentes obrigados a deslocarem-se a outras paragens para conseguirem um lugar. A carreira nº4701 é exemplo disso mesmo: os autocarros que partem do Vale da Amoreira já não param na Moita, os que arrancam da Moita não são suficientes para transportar todos os utentes, o que o obriga os municípios a terem de se deslocar até Alhos Vedros para conseguirem transporte;
- Há supressão de carreiras que foram asseguradas, durante anos pela TST, como a nº 3650 (Moita/Sesimbra), que deveria ter funcionado durante o verão e que nunca entrou em funcionamento.

O início do ano letivo, apesar das garantias da TML, manteve o padrão de insuficiência e desastre na prestação dos serviços.

Com o início das aulas, um período que por norma implica mais deslocações e mais gente a utilizar a rede de transportes, já se previam as dificuldades que agora estão a acontecer, e que foram atempada e devidamente explicadas à TML. Em agosto, a empresa garantiu que estariam reunidas todas as condições para o normal regresso à escola das nossas crianças e jovens, através do reforço de carreiras e do funcionamento de todas as linhas e horários escolares. No entanto, os constrangimentos sucedem-se, causando sérias dificuldades às famílias.

Nos primeiros dias de aulas muitos alunos não conseguiram chegar às escolas porque os autocarros não passavam em Sarilhos Pequenos, Gaio - Rosário, Penteado e Arrozeiras. A carreira 4103 (Sarilhos Pequenos/Moita Estação), que não funcionou no início do ano letivo, continua com horários irregulares e desfasados com a hora de entrada e saída da escola; a carreira 4102 (Cabeço Verde/Sarilhos Pequenos) também não existiu nos primeiros dias de aulas e tem horários desfasados com os horários dos comboios, acabando por não servir os estudantes e as pessoas que trabalham em Lisboa.

A TML garantiu um início de ano letivo sem sobressaltos, mas falhou em toda a linha, com a justificação da falta de recursos humanos e a dificuldade em recrutar motoristas no mercado nacional. Ora, não deveria ter sido esta uma prioridade para a empresa há muito tempo? Como pretendia a TML implementar uma rede de transportes eficiente e com esta dimensão, sem dispor de um “plano B” que acautelasse situações como a que aconteceu? Nesta altura, passados quatro meses sobre o arranque da Carris Metropolitana, é incompreensível e inaceitável!

O estado em que se encontram os transportes é inadmissível. Não há, nem pode haver, justificação para o desespero vivido por milhares de pessoas nas suas deslocações diárias. Não podemos aceitar que a falta de autocarros, as falhas nas circulações, os horários desatualizados ou inexistentes nas paragens, o desfasamento de horários entre comboios e autocarros, prejudiquem os nossos municípios, como estão a prejudicar.

Nascer torto não pode significar que tarde ou nunca se endireite.

O Município da Moita acredita, e quer continuar a acreditar, que esta convergência de vontades dos municípios da AML é o caminho certo para a implementação de uma nova e moderna rede de transportes, capaz de servir a população com eficiência, sustentabilidade e qualidade. Foi esse o compromisso que assumimos com os eleitores quando delegámos na TML a gestão dos transportes, tal como foi pensando no interesse dos municípios que continuámos a cooperar com a TML.

Não podemos esquecer o investimento feito pelo Município da Moita de quase 5 milhões de euros em quatro anos para que os nossos municípios pudessem ter um transporte público de qualidade!

O Município da Moita quer ser parte da solução, mas não podemos aceitar mais justificações para o mau serviço que a empresa tem vindo a prestar a este concelho.

É tempo de agir e já! Mais tarde do que nunca, sob pena de se destruir uma boa ideia para responder aos desafios do presente e do futuro.

Exigimos, portanto, à TML uma solução rápida, robusta e eficaz para os problemas que tem causado à população.

A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 30 de setembro de 2022, exige à AML, à TML e à empresa Alsa Todi:

- Que seja respeitado o sentido da convergência metropolitana de vontades em termos da criação de uma rede de transportes orientada para as necessidades das pessoas e dos territórios, sob pena de se hipotecar uma boa ideia para a região;
- Que sejam tomadas medidas concretas com vista à urgente normalização do sistema de transportes públicos rodoviários, sendo apresentada uma solução rápida, robusta, eficaz e calendarizada sem falhas, até que os motoristas contratados tenham condições de entrar em circulação;

- Que, reposta a normalidade na qualidade da prestação dos serviços de transportes, exista a capacidade de incorporar as dinâmicas das comunidades e dos territórios que impliquem picos de utilização ou novas necessidades;
- Que sejam aferidas e aplicadas à empresa todas as penalidades previstas em contrato, pelo flagrante incumprimento para com o nosso município, a sua população e os demais municípios da área 4.

A Assembleia Municipal da Moita, na defesa dos incontornáveis interesses da população da nossa terra, continuará a acompanhar a situação da oferta de serviços de transportes e a exigir a qualidade que se impõe.

Nada nem ninguém está acima da lei e dos interesses dos nossos munícipes.

O Grupo Municipal do Partido Socialista

Moita, 30 de setembro de 2022”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Tomaram, atentamente, nota da presente moção apresentada pelo Partido Socialista e, naturalmente, acompanham todo o ato de censura relativamente às falhas inadmissíveis que se verificam ao transporte público rodoviário em todo o lote quatro, e não só, também acontece noutros lados, mas estão a falar concretamente do município da Moita, que está concessionado à empresa Alsa Todi. Impõe-se aqui um esclarecimento porque a moção é algo confusa relativamente a um aspeto, e pensa que até poderia ser um bocadinho mais clara num determinado ponto, porque convém dizer que a TML é, de facto, uma empresa criada pela Área Metropolitana de Lisboa e pelos municípios que a compõem, que é detentora da marca Carris Metropolitana como aqui é dito, mas a TML é concedente do serviço público de transporte rodoviário a uma empresa que ganhou um concurso público internacional para o lote quatro, e que é um consórcio de empresas, a espanhola e israelita Alsa e a empresa nacional, parceiro minoritário, Todi, que ganharam o lote quatro, os TST ganharam o lote três e outras empresas que ganharam o lote um e dois. De facto, há aqui um sistema de transportes que tem uma mais-valia muito grande em termos de projeto, em termos de melhoria, de qualidade, em termos de melhoria da oferta do serviço público de transporte rodoviário, mas não é um serviço público de transporte rodoviário efetuado por operadores públicos, é efetuado por empresas que, justamente, venceram e assinaram um contrato que deveriam cumprir, exatamente, para fazer esse serviço público de transporte, de acordo com o caderno de encargos que foi posto a concurso.

Perdoem-lhe este esclarecimento, sem qualquer pretensão da sua parte, mas em nome do rigor e da verdade, e porque a moção trata este assunto um bocadinho meio de lado quando tinha que ser, realmente, aflorado e daí sugerirem, relativamente à parte deliberativa, porque esta sim tem um erro material relativamente à proposta que é feita, nomeadamente, quando diz “que sejam aferidas e aplicadas à empresa todas as penalidades previstas em contrato”, uma vez que quem tem que aplicar as penalidades previstas no contrato é a TML à empresa Alsa Todi, que seja acrescentado “que sejam aferidas e aplicadas à empresa Alsa Todi” – neste caso, a concessionária incumpridora – “todas as penalidades previstas em contrato, pelo flagrante incumprimento”. Tal como aqui é dito, sendo que se revêm completamente nesta exigência e reiterou que acompanham, na íntegra, todas as falhas e a denúncia de todas as falhas que aqui são apontadas, o que sublinham, e é apenas em nome do rigor que fazem esta sugestão.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Vão acompanhar esta moção, também com o acrescento que acabou de ser sugerido, e quis recordar que amanhã, por volta das dez horas, tanto em Setúbal como no Montijo, ia haver uma manifestação dos utentes contra a empresa Alsa Todi pelo serviço que está a prestar, e como esta sessão está a ser transmitida em direto e, eventualmente, estarão pessoas a ver para além das que estão aqui presentes, quem puder e quem quiser, pode concentrar-se por volta das dez horas em frente à estação da antiga rodoviária no Montijo, com uma pequena deslocação ao edifício da Câmara Municipal. Pensa que em

Setúbal deve ser do mesmo género, uma vez que até é patrocinada pela própria Câmara Municipal de Setúbal.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Tanto quanto sabe, o contrato que existe é entre a Câmara Municipal e a TML, via AML, e não com a Alsa Todi, logo, quem pode intervir junta da Alsa Todi é a TML. Até exigem a todos, mas poderiam não pôr aqui a Alsa Todi, porque, por acaso, até sabem que é a Alsa Todi, mas o município tem que exigir com a sua contratante que é a TML. Quem pode e deve fazer, que é o que não está a fazer, penalizações à Alsa Todi é a TML, portanto, acha que esta moção está perfeitamente correta e que devem passar à votação.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

Pedi desculpa, mas uma vez que o proponente não foi o senhor Presidente da Assembleia, não lhe parece que ter decidido não aceitar a sugestão feita pelo Grupo Municipal da CDU seja um comportamento democrático.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Esclareceu que tinha dado indicação para passarem à votação porque não tinha sido entregue na Mesa uma proposta de alteração.

Neste sentido, perguntou ao Grupo Municipal do PS se concordava com a proposta apresentada, que entretanto lhe chegou, a qual sugere, quando diz para serem aplicadas as penalidades à empresa, que se acrescente “Alsa Todi”.

Deputado Daniel Justo do Grupo Municipal do PS

Confirmou que o Grupo Municipal do Partido Socialista não aceitava a alteração porque essa parte compete aos Transportes Metropolitanos de Lisboa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante solicitação do Grupo Municipal da CDU, à qual anuiu, informou que iriam fazer uma pausa de cinco minutos.

Retomada a sessão, informou que o Partido Socialista tinha decidido aceitar a sugestão apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, passando a constar “A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 30 de setembro de 2022, exige à AML e à TML:” e no último ponto “Que sejam aferidas e aplicadas à Alsa Todi todas as penalidades (...)”.

Em seguida perguntou se todos estavam de acordo.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Disse que afinal não estavam de acordo, mas que o Partido Socialista dava razão à CDU quando diz que poderia haver aqui alguma confusão, porque há aqui uma referência que pode causar alguma confusão. Daí, o Partido Socialista entender que a melhor redação, para não haver nenhuma confusão, é retirarem todas as referências à Alsa Todi na sua moção.

Assim, passa a constar “A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 30 de setembro de 2022, exige à AML e à TML:”, e no ponto em que a CDU pretendia acrescentar “Alsa Todi”, entendem que está subentendido de quem é a responsabilidade de pedir, seja que reparação for, à Alsa Todi, ficando a moção assim perfeitamente clara, portanto, aceitam desfazer a confusão retirando a menção à Alsa Todi logo no parágrafo inicial.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Uma vez que referem “à empresa” e a TML também é uma empresa, questionou a que empresa é que se exigem as penalizações.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (sem recurso a microfone)

Esclareceu que é a TML porque é esta que pode exigir à Alsa Todi reparações, e esse é um problema da TML. Por acaso, conhece e sabe qual é a empresa a quem a TML vai pedir reparações. Sabe que é a Alsa Todi, mas podia ser “outro zé da esquina qualquer”. A relação que têm é com a TML, não têm com a Alsa Todi. Conhecem a Alsa Todi por acaso. A gestora do sistema é a TML, o caderno de encargos deve ser assegurado pela TML, os municípios devem pedir responsabilidades à TML e o interlocutor junto dos concessionários é a TML, portanto, não há qualquer dúvida relativamente a isso. O problema da Alsa Todi não é do município, é da TML.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

Alertou para o facto de o problema ser do município porque as consequências são para o município.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (sem recurso a microfone)

Disse que, evidentemente, as consequências são para o município, mas também são para a TML se não agir.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Referiu que é do conhecimento público que o concessionário aqui é a Alsa Todi, mas sendo essa a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista, iriam passar à votação, passando a constar na parte deliberativa: “A Assembleia Municipal da Moita, reunida a 30 de setembro de 2022, exige à AML e à TML:”, mantendo os restantes pontos conforme foram apresentados.

Perante dúvidas manifestadas pelo Grupo Municipal da CDU de qual seria a redação, e a que “empresa” é que se referem no último ponto deliberativo, esclareceu que, uma vez que a empresa a quem podem exigir é à AML e à TML, exigem que a AML e a TML façam a sua função de aplicar a penalização à empresa.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (sem recurso a microfone)

Perante novas manifestações por parte do Grupo Municipal da CDU sobre qual a seria a “empresa”, disse que seja a uma empresa, a dez empresas ou a vinte empresas, esse problema é da TML. A TML é que tem que pedir ao concessionário, ou aos concessionários, a responsabilidade.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

Questionou qual era o problema em especificarem, em particular, qual é a empresa.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (sem recurso a microfone)

Disse que, se fosse necessário, podiam avançar já para a moção que será apresentada pela CDU, ou podiam esperar um pouco mais para terem as respostas todas. É uma questão de decisão.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU (sem recurso a microfone)

Disse que, se havia alguma dificuldade em referir o nome da empresa prestadora de serviços, que é a Alsa Todi, podiam referir “que sejam aplicadas à empresa prestadora de serviços” e não dizer o nome Alsa Todi. Censura-se.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (sem recurso a microfone)

Disse, uma vez que a Assembleia tem um tempo determinado, que julgava que deviam prosseguir com a sessão.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou novamente ao Grupo Municipal do Partido Socialista se pretendia aceitar a última alteração sugerida pela CDU, ou manter como propuseram.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS (sem recurso a microfone)

Confirmou que mantinham a moção conforme propuseram.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Disse que iriam passar à votação, retirando do parágrafo inicial do texto deliberativo a Alsa Todi, uma vez que o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que está perfeitamente claro a quem exigem, que é à AML e à TML, que penalize a empresa que com eles contratou o serviço.

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **aprovada** por **maioria** com dezanove votos a favor, sendo quinze do PS, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar; doze abstenções, sendo dez da CDU, duas do BE.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal da CDU proferida pelo Deputado João Faim

“A bancada da CDU reafirma a sua grande preocupação e revê-se na denúncia do mau serviço que está a ser prestado pela empresa Alsa Todi no transporte público rodoviário, no lote quatro, que abrange o concelho da Moita e, como tal, apenas se absteve, revendo-se nesta denúncia que aqui é feita, sublinho, mas apenas se absteve por esta desorientação que aqui foi plasmada pela bancada do Partido Socialista.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Pediu ao GMCDU para proceder à apresentação do documento D.

Deputado Rodrigo Pedro do Grupo Municipal da CDU

“Moção

Pela resolução dos problemas no serviço de transportes rodoviários de passageiros no Concelho da Moita. Passados vários meses desde a entrada em funcionamento da Carris Metropolitana, os milhares de utentes, as populações, a vida social e a economia da Península de Setúbal, e do Concelho da Moita em particular, estão a ser profundamente prejudicadas com os constantes incumprimentos por parte da empresa ALSA TODI, dos horários e serviços a que contratualmente está obrigada a diariamente a efetuar. Aquilo que hoje populações e utentes têm pela frente é uma clara e flagrante violação desta empresa das condições exigidas no caderno de encargos do Concurso Público Internacional, onde se obrigava a fornecer um serviço de qualidade, com mais carreiras e horários, muito para além do serviço que se verificava no passado.

Não é aceitável que esta empresa, que teve tempo desde o momento da adjudicação dos contratos (final de 2021) para se preparar para responder às suas obrigações, persista em não resolver os problemas, prejudicando populações, utentes e trabalhadores da própria empresa. Não é admissível que uma empresa nestas condições considere que a sua única solução é contratar trabalhadores no estrangeiro, insistindo por esta via na manutenção de uma política de baixos salários num sector altamente deficitário de mão de obra qualificada, ou seja, não resolvendo o problema de fundo.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal da Moita defendem que a criação da Carris Metropolitana foi uma ferramenta importante para levar mais longe aquilo que foi conseguido com a conquista do Passe Social Intermodal válido em toda Área Metropolitana e em todos os operadores de transportes, com uma substancial redução do seu custo, que não pode ser colocado em causa pela atuação da administração da ALSA Todi.

Assim:

– Exigimos que de imediato a ALSA Todi cumpra com os horários, carreiras e percursos a que está contratualmente comprometida, que adequem a sua frota ao serviço que têm de prestar nomeadamente, que façam desdobramentos nas carreiras de maior lotação, de modo que os utentes não fiquem nas paragens.

– Defendemos que não sejam pagos a esta empresa os serviços que não estão a realizar, e exortamos a Câmara Municipal da Moita a que, no âmbito das suas responsabilidades, seja firme na exigência de melhor serviço público de transportes e pugne para que os contratos sejam integralmente cumpridos e para que as expectativas dos utentes e trabalhadores não sejam defraudadas.

Os eleitos da CDU

Moita, 30 de setembro de 2022”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Disse que a posição que o Partido Socialista ia assumir relativamente a esta moção traduz a sua clareza de espírito, o seu esclarecimento e afasta toda a confusão. É evidente, enfim, que a CDU continua a achar, ainda que também seja evidente que pode tomar as posições que quiser e bem entender, uma vez que esta é a chamada casa da democracia, como aqui já foi referido hoje, mas não pode ter a pretensão de julgar que todos os outros que aqui estão que não a CDU são ingénuos e passam por aqui com um rótulo de confusos e, às vezes, até de agentes de qualquer coisa, e deixam passar todas as pequenas manigâncias políticas que a CDU pretende introduzir no processo e no discurso. É notório, e toda a gente percebe, basta ter esta moção à frente, que a CDU não faz uma única referência à entidade totalmente responsável pela gestão dos transportes na área metropolitana. A moção da CDU não tem uma única referência à TML, e até se dá ao luxo de dizer que deve ser a Câmara Municipal a exigir junto da Alsa Todi, como se a Câmara tivesse alguma relação, de qualquer tipo, com a Alsa Todi.

Provavelmente, só falta pedir para uma representação da Câmara ir à manifestação amanhã, era o ideal. Aliás, devia ser essa a posição, e basta olhar para os rostos das pessoas da CDU, nomeadamente, do deputado municipal João Figueiredo, que acham muito bem que a Câmara tivesse uma representação, pelo que perguntou se a TML não devia estar na manifestação. É evidente que o cinismo da CDU é mais que evidente nesta moção, uma moção que, de forma nenhuma, o Partido Socialista aceita votar outra coisa senão contra, como é evidente. Se o verdadeiro responsável, o gestor do sistema, aquele que deve assegurar o cumprimento do caderno de encargos, não é mencionado na moção, nesta moção que é de total exigência à Alsa Todi, perguntou quem deve exigir tudo da Alsa Todi se não a TML. Pediu que lhe explicassem, porque tem uma enorme dificuldade, uma vez que não é possível, qual o papel da TML na relação com a Alsa Todi, que nem sequer é aqui mencionada, só é a Carris Metropolitana.

Naturalmente, o que é mencionado com grande relevância é o papel da Carris Metropolitana na ideia, na formação desta situação dos melhores transportes. Aí, estão todos de acordo, não há nenhuma diferença, mas aquilo que se pretende releva na moção não é aquilo que está em causa neste momento, o assunto não é esse. O assunto é exigir da TML, na sua qualidade de interlocutor único junto da Alsa Todi, aquilo que são as suas responsabilidades. A moção refere que as responsabilidades devem ser assumidas de forma firme pela Câmara Municipal, mas isso não faz qualquer sentido porque é a TML que tem que assumir as suas responsabilidades, de forma firme, junto da Alsa Todi, não é a Câmara Municipal. Não se querendo alongar muito mais, é evidente que o seu voto, o único voto possível nesta moção, é fortemente contra.

Deputado Municipal Independente João Paulo Gaspar

Gostaria de poder acompanhar, como fez com a moção anterior do PS, e “só Deus sabe o que custa vir de autocarro para o trabalho, tem sido penoso”, mas há aqui uma questão que se prende com direito empresarial e que, realmente, lhe está a fazer confusão, e isto fora de qualquer polémica. Se for a um restaurante jantar e tiver um problema, um envenenamento ou o que quer que seja, não vai condenar o fornecedor da carne, vai fazer uma queixa contra o restaurante onde foi jantar. Não vai dizer “é ao

fornecedor que vocês têm da carne dos ovos que se vai se manifestar”. Não. Nem sabe quem é o fornecedor. Neste caso, sabe quem é o fornecedor, é a Alsa Todi, mas podia ser outra qualquer. Neste momento, o que têm aqui é a mesma correspondência, ou seja, a Câmara tem um contrato com a TML e esse contrato com a TML é para ser cumprido. O único interlocutor que a Câmara poderá ter é a TML e é a TML que fará chegar aos seus fornecedores. Não existe dúvidas. Podiam ter dito na moção anterior que era com a Alsa Todi, que foi retirado e acompanharam, mas neste caso, em nenhum parágrafo, sequer existe uma TML.

Se acrescentarem, e adoraria acompanhar a moção, que a Câmara terá de fazer pressão junto da TML e, por sua via, a TML aos seus fornecedores e, se quiserem, também pôr que sugerem a demissão da direção da TML. Isso sim, seria de louvar, porque isso é que é o problema, o problema não é “vamos querer mais horários”, porque se a Alsa Todi já não funciona bem com esta direção não irá funcionar com mais moções, é necessário mexer o que lá está e fazer isto funcionar.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

A CDU não tem qualquer problema em acrescentar a esta moção a referência à TML, e vai fazê-lo, mas aproveitando a metáfora que foi utilizada acerca do restaurante, se forem a um restaurante e forem mal servidos, mas o prato até for bom, porque os autocarros até são bons, se forem mal servidos a culpa não é da carne, é do serviço que está a ser prestado, e quem está a prestar o serviço não é só a TML, uma vez que a TML contratou um serviço.

Assim, a alteração que propõem é que na primeira linha do primeiro parágrafo conste “desde a entrada em funcionamento da TML/Carris Metropolitana”, na primeira linha do quarto parágrafo conste “defendem que a criação da TML/Carris Metropolitana”, e no último parágrafo da parte deliberativa “exortamos a Câmara Municipal da Moita a que, no âmbito das suas responsabilidades, no âmbito da AML, seja firme na exigência de melhor serviço público de transportes e pugne para que os contratos sejam integralmente cumpridos e para que as expectativas dos utentes e trabalhadores não sejam defraudadas.”

É evidente que o que está a acontecer é um mau serviço que está a ser prestado por parte da Alsa Todi, e é isto que exigem com esta moção, que a Câmara Municipal, dentro das suas competências, do papel que tem dentro da Área Metropolitana de Lisboa, faça aquilo que até diz que está a fazer, até porque, ainda por cima, já disseram que fazem, pelo que não percebe porque é que estão determinadamente contra uma coisa desta. Se calhar, é porque é a CDU a propor, provavelmente é isso.

Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

Disse que gostava de perceber melhor as alterações, até porque acha que uma moção destas devia ser aprovada por unanimidade, esta e a outra.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Relembrou que tiveram uma proposta bem completa, que elencava horário a horário, trajeto a trajeto, o que é que estava atrasado e o que é que não funcionava, e não conseguiram votar por unanimidade, pelo que não será agora, que se querem cingir a uma “empresazinha”, e até conhece a Alsa Todi, mas para si a “alsa é dos pudins”.

Todavia, pediu que apresentasse novamente o que propõem alterar e depois decidirão, recordando que, a partir da altura em que o proponente altera, o que é votado é o texto após a alteração.

Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

Esclareceu que a alteração que propõem é que na primeira linha do primeiro parágrafo passe a constar “TML/Carris Metropolitana”, porque a TML é a empresa criada para gerir o serviço de transportes na Área Metropolitana e a Carris Metropolitana é a marca criada pela TML. Na primeira linha do quarto parágrafo constar, mais uma vez, “defendem que a criação da TML/Carris Metropolitana”, e no último parágrafo da parte deliberativa constar “exortamos a Câmara Municipal da Moita a que, no âmbito das suas responsabilidades dentro da AML, seja firme na exigência de melhor serviço público de transportes”.

Acha que, pelo que já foi dito aqui pelas várias forças partidárias presentes, estão todos de acordo com isto, agora cada um votará como entender, naturalmente.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Pediu permissão para perguntar aos proponentes, admitindo que havia aqui uma real intenção de mudar as coisas e chamar as coisas pelos nomes, se o proponente entende que existe alguma responsabilidade por parte do gestor do contrato e do caderno de encargos nesta crise que se verifica, porque a proposta que o proponente agora faz não acrescenta, rigorosamente, nada em termos da identificação dos verdadeiros responsáveis, que são, com certeza, o concessionário, mas perguntou se o gestor não tem nenhuma responsabilidade.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Respondendo à questão colocada pelo deputado municipal António Costa disse que, claramente, as entidades, quer o concedente, neste caso, a TML, quer o concessionário, têm responsabilidades. Aquilo que quis aqui explicar é que estão a falar de contratos de natureza diferente, porque o contrato dos municípios da área metropolitana com a TML, que é detentora da marca Carris Metropolitana, é um contrato interadministrativo. O contrato que a TML tem com a prestadora de serviços é um contrato resultante de um caderno de encargos, de acordo com o código da contratação pública, resultante do concurso público internacional, que tem várias penalizações previstas, inclusive, a aplicação de coimas muito antes até da rescisão do contrato, e é disso que se trata.

Acha que estão aqui à volta por uma questão de semântica e que, realmente, quem os ouve em casa e que quer todos os dias andar de transportes, à hora certa, na carreira certa, para ir para a escola, para ir para o seu trabalho, está a achar ridícula esta discussão. Aquilo que querem é que sejam cumpridos os contratos, reiterou que é isso que querem, daí terem acolhido a crítica. Acha que a democracia tem isso, que a crítica é salutar, não as ideias irredutíveis porque alguém está zangado e diz que é assim porque quer assim. Não, acolheram humildemente as sugestões que foram feitas e reverteram-nas aqui para a sua moção, portanto, se quiserem ajudar ajudam, se não quiserem ajudar e quiserem estar fora de uma solução estão fora. Estão em democracia e fazem como quiserem, mas já não sabem o que é que hão de fazer mais para plasmar num texto aquilo que, de facto, é o seu sentimento e que acha que é o sentimento, por ridículo que pareça, de toda a gente nesta casa.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **reprovada** por **maioria**, com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal, com catorze votos a favor, sendo dez da CDU, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar; três abstenções, sendo duas do BE, uma do PS; catorze votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Deputado Luís Morgado do Grupo Municipal do BE

“Vincio aqui o sentimento com que estou. É que lamento, lamento, ter de me abster numa situação destas, quando as duas moções, do meu ponto de vista, correspondem ao real sentimento de todos os presentes e deviam ser aprovadas por unanimidade. Ora, vivi aqui uma situação perfeitamente ridícula.”

Declaração de voto do Grupo Municipal do PS proferida pelo Deputado António Costa

“A declaração de voto do Partido Socialista também é muito simples, vem um pouco na sequência da intervenção do deputado do Bloco de Esquerda, nós também lamentámos não ter mais instrumentos de pressão precisos, no sentido de dar sinais claros à TML de que as coisas não estão bem. Portanto, o nosso voto contra teve a ver, sobretudo, com a grande componente política que foi introduzida na moção, contrariamente àquilo que são os aspetos práticos, que seriam os ideais. A enorme dificuldade

da componente política, mas a política que não tem grande interesse. A enorme dificuldade que a CDU demonstra, por razões de proximidade política, na identificação das responsabilidades do gestor deste contrato foi o que os levou a votar contra.”

Pedido de esclarecimento à Mesa pelo Deputado João Figueiredo do Grupo Municipal da CDU

“Só gostava de saber senhor Presidente, se me pode explicar quem é que é o real responsável pela gestão da AML, se é alguém com afinidades políticas connosco ou alguém com afinidades políticas com este senhor que acabou de fazer uma declaração de voto.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por considerar que o que está em causa, neste momento, não é isso, e uma vez que já votaram a moção, pediu ao GMCDU para proceder à apresentação do documento E.

Deputada Mónica Ribeiro do Grupo Municipal da CDU

“Moção

Pela construção de pavilhões gimnodesportivos em falta nas escolas do Concelho da Moita

Considerando que:

- A educação física é uma disciplina obrigatória e transversal a todos os níveis de ensino;
- Esta disciplina é reconhecidamente promotora do desenvolvimento integral das crianças e jovens, essencial no desenvolvimento de competências nas áreas de Relacionamento Interpessoal, Desenvolvimento Pessoal e Autonomia, Bem-estar,

Saúde e Ambiente e Consciência e Domínio do Corpo (“Perfil dos alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”, Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho);

- As escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e as escolas secundárias do concelho da Moita são desiguais relativamente à disponibilidade de instalações para a prática desta disciplina, verificando-se uma ausência de equidade para o desenvolvimento das competências mencionadas;
- A ausência de instalações escolares condignas para a prática da educação física sempre motivou a reivindicação pela supressão desta lacuna, quer por parte da comunidade educativa, quer pelas autarquias;
- Ao longo dos anos e até data recente, a competência pela construção e manutenção de instalações e equipamentos escolares para estes graus de ensino, foi uma responsabilidade do Ministério da Educação, situação que se alterou, com a delegação desta competência nos Municípios;

A Assembleia Municipal da Moita, reunida em 30 de setembro de 2022, reivindica que, há semelhança da rubrica já existente e promessa feita pela Câmara Municipal da Moita, para a construção do pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária da Baixa da Banheira, seja também incluído nas Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2023 a construção dos pavilhões das escolas Básica do Vale da Amoreira, Escola Mouzinho da Silveira e Escola Fragata do Tejo.

Moita, 30 de setembro de 2022

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Colocada a moção à discussão intervieram:

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias

Na verdade, queria um esclarecimento porque ou leu mal ou a CDU está a propor a construção de quatro pavilhões num ano, porque refere que, “há semelhança da rubrica já existente e promessa feita pela Câmara para a construção do pavilhão gimnodesportivo (...), seja também incluído nas grandes opções do plano” para dois mil e vinte e três.

Perante manifestações do Grupo Municipal da CDU a referir que se reportam ao Plano Plurianual de Investimentos, disse que então tinham que alterar porque também falam das grandes opções do plano para dois mil e vinte e três, e no PPI, obviamente, mas nas grandes opções do plano para dois mil e vinte e três.

Perguntou desde quando é que se constroem quatro pavilhões, ou se lança concurso para quatro pavilhões num ano, porque não acha que isso faça algum sentido, uma vez que, se em quarenta e sete não foram construídos estes pavilhões, como é que querem que num ano, ou nos próximos anos curtos sejam construídos estes pavilhões. Obviamente, a prática de exercício físico é importante e também estão aqui para defender a construção dos pavilhões desportivos, agora há que ter algo em conta que é muito importante na prática e gestão autárquica, que é noção, o que acha que esta moção não tem.

Deputado Humberto Rosa do Grupo Municipal do PS

Quando vê uma moção destas ser apresentada o que quer perguntar à CDU é quantos pavilhões fez em quarenta e sete anos, e recordou ainda que o Clube Recreativo do Palheiro tinha uma equipa de basquete que jogava no pavilhão gímnodesportivo, pavilhão esse que estava em más condições, como penso que toda a gente sabe, bem como as pessoas que estavam na gestão da Câmara, e que houve a possibilidade da equipa jogar basquete no pavilhão da escola secundária, que era o melhor do distrito. Pediu e esteve em reunião com o ex-presidente da Câmara Municipal da Moita, em Sarilhos Pequenos, onde ele foi muito simpático, disse que tinham um marcador eletrónico para dispensar para o pavilhão da escola secundária da Moita e ainda lhe pediu para consultar a escola e saber de precisavam de mais alguma coisa, nomeadamente, bolas. Na segunda vez que reuniram, onde também estavam presentes outros pais, aos poucos foi dando a entender que isso não era possível. Numa terceira oportunidade, quando recebeu um telefonema da secretária do senhor Presidente e lhe perguntou, uma vez que estava a trabalhar, se sabia em que sentido é que era decisão, e ela lhe disse que não iam poder dispensar o quadro eletrónico, já não foi à reunião.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Quanto à questão que lhes foi colocada pela senhora Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, pensa que deveria saber que quando o orçamento é aprovado para um determinado ano, aprova também as grandes opções do plano e o plano plurianual de investimentos para os anos seguintes, e é isso que aqui é dito. Quando aprovam o orçamento, e ainda há pouco tempo o fizeram, e as grandes opções do plano, fazem-no olhando para os anos seguintes. Não é dito, em nada, nesta moção que os pavilhões serão os três construídos num único ano, o que apenas é dito aqui é a inscrição no plano plurianual de investimentos. Devem ser rigorosos, e a senhora Presidente, com a responsabilidade como a que tem enquanto presidente de uma autarquia como a é a união das freguesias, devia saber isso muito bem.

Relativamente à questão que aqui é colocada pelo Deputado Humberto Rosa, de facto, a competência para a construção, uma vez que estão a falar de pavilhões escolares, até há bem pouco tempo, era da administração central. Foram feitos vários abaixo-assinados, foram votadas várias moções nesta casa, foram votadas várias moções no órgão Câmara Municipal, foram feitas várias propostas também na Assembleia da República, houve deputados que, num sítio e numa altura, consoante o governo era de uma cor política ou não, iam votando a favor desses pavilhões ou iam votando contra, e sabem bem do que está a falar. O pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira foi, exatamente, um exemplo disso, porque chegou a estar inscrito em PIDDAC e foi boicotado por um governo do Partido Socialista. O que aqui é dito, exatamente, é que embora a delegação de competências que está aprovada não seja uma delegação de competências acompanhada dos meios necessários, porque até é desacompanhada dos meios necessários, e não é aquilo que a bancada da CDU defende, neste momento, a competência é municipal, de acordo com o decreto-lei vinte e um de dois mil e dezanove, que no número um do artigo trinta e um diz que “a construção, requalificação e modernização de edifícios escolares compete às câmaras municipais, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva”.

Isto está na lei na lei aprovada pelo Partido Socialista e na lei que o Partido Socialista, nesta Assembleia, sempre aplaudiu como a lei de descentralização de competências que deveria ser adotada, e que a CDU foi contra, portanto, não estão aqui em demagogia nenhuma a exigir nada de irrealista, estão a ser rigorosos e exigem aquilo que é para ser feito com rigor. Aliás, a moção tem o cuidado de nem sequer ofender politicamente ninguém, não tem aqui qualquer termo ou qualquer designação panfletária, exatamente, por ser um assunto em que, certamente, as forças políticas presentes são sensíveis à

dificuldade que é os alunos destas escolas não terem um pavilhão desportivo em condições para poder exercer a sua atividade física. É isso, exatamente, o que se trata, não se trata de demagogia, trata-se de seriedade e, mais uma vez, de rigor, e não de ódios porque a moção é aprovada por uma força política que não gostam. Não, é o rigor de quem defende, exatamente, a população deste concelho, defende os seus estudantes e está do lado da solução, da mesma forma que também dizem que, apesar da competência ser municipal como a lei diz, também há, com certeza, condições a nível do PRR anunciado, para que a própria Câmara Municipal possa concorrer à construção desses pavilhões. E, se não as inscrever no seu plano plurianual de investimentos, não pode ir atrás de uma candidatura à pressa e inscrever a construção desses pavilhões no seu orçamento, porque aí vai atrás dos fundos comunitários e não numa estratégia que deve ter, como a carta educativa que está na lei diz exatamente. É disso que se trata.

Presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira

Realmente, olha para esta moção e isto cheira-lhe a demagogia. Durante anos, e enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Moita vinha assistir a algumas assembleias municipais, sempre viu a CDU votar contra a delegação de competências e sempre a lavar as mãos de responsabilidades do município relativamente às escolas do concelho. Sempre viu. E agora, que a CDU se apanha na oposição, leve de encargos, é muito fácil vir para aqui exigir a construção de quatro pavilhões. Aliás, não é a construção, é a inserção de quatro pavilhões num plano plurianual que sabe ser uma mentira a pregar às pessoas porque isso é impossível. Não podem estar a propor uma coisa que sabem que não é realista, porque isso é estar a enganar as pessoas para dizerem que propuseram quatro pavilhões e que o pessoal do PS não os quis inserir. Isso não se faz. Foi um dos subscritores da moção a favor da construção do pavilhão para a Fragata do Tejo, foi um dos pontos principais do discurso após a sua eleição a construção do pavilhão desportivo para a escola Fragata do Tejo, mas sabe que as dificuldades existem.

Sabe que as dificuldades existem, sabe que dará todo o contributo enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Moita, e enquanto instituição junta de freguesia, para que esse pavilhão seja feito, mas também compreende que se passaram tantos anos, inclusive com a CDU a apoiar um governo, que também era o seu, o governo do Partido Socialista, e nessa altura nunca exigiram um pavilhão para a escola. Não trouxeram nenhum pavilhão para o concelho da Moita, e agora virem para aqui colocar quatro pavilhões num plano plurianual, porque a responsabilidade é dos outros, desculpem, mas é demagogia e jamais poderá, independentemente dos votos que houverem nesta sala, votar a favor perante tamanho jogo político, naquela forma em que dizem que não há maldade.

Presidente da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, Bárbara Dias

Dirigindo-se ao deputado municipal João Faim, disse que mal de si se lhe tivessem que explicar o que é que é um plano plurianual, mas a questão aqui não se prende em colocar lá o investimento e sim com a quantidade e o peso que estes investimentos têm num orçamento. Quando há pouco o seu camarada disse que, durante anos e anos, o investimento não foi feito, e podem falar à vontade que a responsabilidade era do governo, mas havia, igualmente, fundos comunitários, havia, igualmente, outro tipo de apoios e nada a CDU fez, durante este tempo todo, para construir os pavilhões. Mais, quando o PS assumiu o poder aqui na Câmara Municipal, um dos primeiros compromissos do senhor Presidente da Câmara, muito antes da delegação de competências, foi o pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira, que vai ser feito, e não esperou pela delegação de competências para o prometer e para o executar, e esta é que é a diferença, porque não estão, simplesmente, a culpar a administração central pelas suas falhas. Se as pessoas precisam, se as pessoas necessitam, fazem, e é por isso que dia no dia vinte e seis de setembro confiaram no PS.

Deputado António Costa do Grupo Municipal do PS

Tentando não qualificar a moção com nenhum adjetivo que provoque bruaá, ou qualquer coisa do género, vai apenas tentar cingir-se a factos, independentemente das manobras, o que, no fundo, também é uma prática que se conhece bem, não só aqui, mas também na Assembleia da República, em que há que pedir quinhentos, porque pedindo quinhentos sabendo que é impossível, pelo menos, têm sempre o mérito porque foram os primeiros a pedir, mas vai deixar-se disso.

Quanto aos factos relacionados com esta preocupação, que é legítima, dos miúdos e dos jovens terem as melhores condições para praticar desporto no concelho, referir que os clubes do concelho, ainda hoje, definham. É um processo que se arrasta há montes de anos, em que acabaram os principais clubes no

concelho, com exceção do Moitense, por razões que todos conhecem, a carolice de várias pessoas, mas, sobretudo, de um homem que foi também machucado, e muito perseguido até, por essa sua teimosia, portanto, o panorama dos clubes do concelho da Moita é aquele que todos conhecem, e isto é um facto. A preocupação pelos jovens que utilizavam esses clubes para praticar desporto e para se manterem saudáveis parece que só agora é que surgiu, porque quando os clubes acabaram por falta de apoios e das condições mínimas, ninguém se preocupou com isso.

É referido na moção, e muito bem, que a rubrica, na sequência de uma promessa feita pela Câmara, já existe, e quase que se atrevia a desafiar a CDU para pôr aqui toda uma série de pavilhões, para além destes que aqui estão, por exemplo, recuperar o do 1º de Maio. Lembra-se que o refeitório da escola básica de Sarilhos Pequenos foi oferecido por um particular, porque a Câmara dizia que não tinha dinheiro para fazer um refeitório. Um simples refeitório para vinte crianças foi oferecido por um particular, portanto, o nível de preocupações que a CDU demonstrou, ao longo de todos os anos em que teve no poder, foi zero relativamente às condições que os jovens tinham para praticar desporto, e outras situações. Portanto, esta moção, numa determinada perspetiva, não deixa de ser contraditória e não deixa de merecer outros adjetivos que vai evitar.

Compreende perfeitamente a indignação do presidente da Junta de Freguesia da Moita, Fabrício Pereira, porque foi membro da Assembleia Municipal durante muitos anos seguidos, salvo erro, cerca de vinte, e uma das principais situações, que até usavam para brincar, e disseram isso ao longo de muitos anos, era que o único pavilhão gímnodesportivo que havia no concelho da Moita foi mandado construir por Salazar, ou pelo Marcelo, mas foi antes do 25 de Abril, portanto, isso é uma retórica que todos os que passaram por aqui durante muitos anos conhecem. É evidente que é quase chocante, e têm que compreender um mínimo de indignação da sua parte, quando leem esta proposta cheia de boas intenções a pedir um pavilhão em cada escola, como se isto fosse, realmente, um mar de rosas, daí que, se questionar onde é que andou a CDU durante estes quarenta e seis anos, a resposta é que foi o governo, é verdade, porque isto era tudo competência do governo, ou então andaram a dormir.

Deputado João Faim do Grupo Municipal da CDU

Não querem entrar em polémicas, mas quando se mente descaradamente e se tenta esconder um passado em que, na Assembleia Municipal, na Câmara Municipal, foram colocadas várias moções para a construção dos pavilhões, e estão a falar dos das escolas, não podem deixar passar isso em branco. Aliás, lembrou que foi feito num acordo para uma candidatura, em que até foi adiantado o dinheiro pelo município, para a construção do pavilhão da escola José Afonso, acordo esse que foi possível com a administração central, em que a Câmara se adiantou e fez essa obra. Demorou muito tempo para receber o dinheiro, que acabou por receber, mas fê-lo. O pavilhão da escola secundária da Baixa da Banheira, que chegou a estar inscrito em PIDDAC, no programa dos Bairros Críticos, foi boicotado e, curiosamente, por deputados deste concelho que tinham, exatamente, a obrigação de pugnar pela defesa da sua terra, portanto, não vale a pena estarem aqui a escamotear a verdade e a querer construir uma verdade inexistente.

Podem ir às atas, podem ir às moções, nem sequer está a pôr a bandeirinha partidária, está a falar dos órgãos. Chegaram a ser aprovadas, por unanimidade, nas assembleias, várias moções ao longo dos anos para a construção dos pavilhões das escolas, e estão a falar dos pavilhões das escolas porque a discussão do movimento associativo é outra, porque também há coletividades com pavilhões. Por exemplo, a Velhinha tem um pavilhão há muitos anos, muitas, muitas, muitas décadas, e é importante saber porque é que uns têm e outros não têm, mas a verdade é esta, estão a falar dos pavilhões das escolas, estão a falar daquilo que querem oferecer e dar às crianças. É isso, exatamente, que está em causa, por isso não tentem construir uma verdade artificial porque ela não existe.

Podem ir aos factos, e faz parte da história desta terra, todo um lastro de exigência, de reivindicação, independentemente da cor do governo que estava em funções, e os órgãos votaram sempre da mesma maneira, contrariamente a alguns que votavam consoante o governo era da sua cor ou não, sempre defenderam aquilo que é a população da Moita. E, já agora, quando o PCP viabilizou a solução governativa anterior do Partido Socialista, viabilizou muito bem, e tem muito orgulho nisso, porque algumas das coisas bem feitas pelo primeiro-ministro António Costa foram, exatamente, no mandato passado, como, por exemplo, a questão dos transportes, que é uma delas. Agora, com a maioria absoluta do Partido Socialista, as coisas já não estão a correr tão bem, infelizmente, o que é pena para o país.

Deputado Municipal Independente João Paulo Gaspar

Só gostaria de acrescentar um ponto a este debate que, para si, tem estado a ser muito interessante, porque aquilo que todos podem constatar, os aqui presentes e o público em casa, é que nem a CDU quis fazer, nem o PS vai querer aceitar o desafio, portanto, daqui a três anos a opção terá de ser outra.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Por não ter mais pedidos de intervenção submeteu a moção a votação.

Submetida a **moção** a votação, foi a mesma **reprovada** por **maioria** com doze votos a favor, sendo dez da CDU, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar; quatro abstenções, sendo duas do BE, uma do PSD, uma do CDS; quinze votos contra do PS.

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou se algum membro da Assembleia Municipal pretendia fazer uma declaração de voto.

Declaração de voto do Grupo Municipal do BE proferida pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora

“O Bloco de Esquerda abstém-se nesta votação porque tem algumas dúvidas em relação à viabilidade, mesmo que só seja para orçamentar, de quatro pavilhões durante um mandato de uma autarquia, portanto, daí a nossa abstenção.”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perguntou aos deputados da Assembleia Municipal se pretendiam intervir neste período.

Deputado Daniel Serpa do Grupo Municipal do PS

“Declaração Política

No dia 26 de setembro de 2021, dia em que se realizou as Eleições Autárquicas, foi o dia que ditou a mudança de paradigma político, em grande escala, no Concelho da Moita.

O Dia que mobilizou milhares de pessoas, no seu Direito de Voto, e principalmente na sua vontade de mudança.

Sob o lema "Coragem para Mudar", a População do Concelho da Moita assumiu esse desejo, e através do seu voto deu ao Partido Socialista uma vitória histórica, numa noite que foi memorável.

Pedia-se Mudança! E essa mudança caracteriza-se numa vontade expressa do Partido Socialista em afirmar o Concelho da Moita, como um Concelho estratégico, um Concelho desenvolvido e progressista, de portas abertas, que devolva aos seus Municípios o orgulho de cá crescer, viver e trabalhar.

Com a vitória, veio a enorme responsabilidade de dar resposta às necessidades emergentes, necessidades de anos de desinvestimento, de anos de portas fechadas ao progresso, e essencialmente a responsabilidade de fazer acontecer, de ideias e projetos, que mudem os indicadores do Concelho.

Foi um ano de enorme resiliência, de arrumar a casa, de organização, para assim se poder dar resposta aos problemas, e fazer avançar o Projeto do Partido Socialista, um projeto de pessoas para as pessoas, de ideias válidas, de parcerias, de sinergias entre as mais diversas Entidades, que se conjugam no profundo desejo de devolver ao Concelho da Moita a imagem de um Concelho conhecido e reconhecido pela sua capacidade de inovação, progresso e desenvolvimento.

Foi igualmente um ano de enorme trabalho, resolvendo problemas que se arrastavam há anos, criando dinâmicas e estratégias para dotar a Autarquia de meios e equipamentos para responder a necessidades de imediato.

Num ano de intenso trabalho, onde tudo podemos sonhar e idealizar, mas conscientes das dificuldades, será passo a passo que se dará resposta aos problemas existentes.

E foi passo a passo, que já colocámos em execução importantes obras e projetos com os quais nos comprometemos com os nossos Municípios, entre muitos a salientar:

- O avanço determinante para se conseguir a construção do Pavilhão da Escola Secundária;
- Colocámos ao serviço da População mais e melhores meios, como a Unidade de Saúde Móvel, criando assim proximidade a quem vive nas zonas rurais do Concelho;
- Demos resposta a problemas de anos, há muito identificados, e pedidos pela população, mas nunca resolvidos. Trabalhamos num plano de melhoramento da rede viária, asfaltando as zonas rurais que nunca tinha sido feito antes, numa extensa lista de arruamentos que levará melhor qualidade de circulação a quem nesses locais vive;
- Na área da Cultura, em poucos meses, voltamos a dignificar os nossos espaços culturais, com espetáculos de salas esgotadas, com grandes nomes do panorama nacional da música e do teatro. Requalificámos a Biblioteca Municipal Bento Jesus Caraça, dando mais dignidade ao espaço, e melhores condições aos seus utilizadores. Trabalhamos projetos já existentes, melhorando os mesmos, permitindo muito em breve abrir o futuro Museu Condes de Sampayo, em Alhos Vedros, com uma exposição que irá engradecer aquela Vila Histórica;
- Apostámos no Turismo, com um investimento de quase 50 000 euros no nosso varino O Boa Viagem (que necessitava de intervenções de fundo), com o aumento dos passeios a bordo da nossa embarcação típica e a aposta em novas rotas;
- Na defesa e cuidado dos animais, lançamos o CROAE, onde a capacidade de lotação foi aumentada, com mais e melhores condições, por um valor mais baixo que o projeto
- Realçar, igualmente, o Regulamento de permanência e transito de animais, que será votado e colocado em vigor;
- Na área da Habitação, o lançamento da Estratégia Local de Habitação, um projeto abrangente, com um investimento de cerca de 32 milhões de euros para dar resposta às necessidades das nossas populações, onde estavam identificados aproximadamente 100 agregados familiares, e após revisão técnica foi possível, no Acordo de Colaboração entre o Município e o IHRU, permitir apoiar cerca de 330 agregados familiares, num total de quase 900 pessoas, onde a Câmara Municipal irá reabilitar 167 habitações, construir 157 e adquirir mais 10 frações para futura construção.
- No âmbito do PRR, a candidatura às Comunidades desfavorecidas, um investimento ganho para o Concelho de 5.5 milhões de euros, em intervenções consideradas prioritárias e estratégicas, que permitirão a criação de mais e melhor emprego, dinamização da economia que visa potenciar o empreendedorismo e inovação, reabilitação de espaços públicos e a construção de infraestruturas e equipamentos no nosso Concelho.
- No âmbito da inovação, estratégia, e melhoramento da comunicação entre Município e Autarquia, ultima-se os passos para o lançamento de uma nova Aplicação que vem criar mais e melhor proximidade, uma App de Ocorrências, que irá mudar a interação, facilita r os processos e criar uma nova dinâmica de proximidade ao cidadão;
- Realçar também, e não menos importante, o trabalho feito no melhoramento das condições das instalações dos nossos Serviços da Autarquia, onde várias intervenções têm sido executadas, como é exemplo a construção de uma nova copa, onde os trabalhadores podem fazer as suas refeições, quando anteriormente as fazia dentro dos gabinetes de trabalho. A colocação de novos portões nas instalações municipais que veio trazer mais segurança, a requalificação dos balneários que irá trazer melhores condições aos nossos trabalhadores, entre outras tantas intervenções realizadas e que se pretende continuar a realizar.

Este primeiro ano de gestão do Partido Socialista, deixa acima de tudo uma enorme certeza à população do Concelho da Moita: de que temos Autarcas empenhados e motivados, que estão junto à População, ouvindo os seus anseios e que juntos, com ideias e projetos inovadores estamos já fazer a mudança que implementará um novo rumo que se quer para o nosso concelho. De esperança, que devolva orgulho a quem cá vive, que crie a vontade de trazer mais pessoas e mais empresas para o nosso Concelho, que nos ligue como um todo. Um Concelho atrativo, moderno, que nas suas diferenças culturais pelas suas Freguesias, se junte a uma só voz e diga: **Nós Somos Concelho da Moita!**

Abrimos portas ao Progresso, sabemos receber, iremos potencializar o Concelho nos seus mais diversos indicadores, fazendo obra, atraindo empresas, e acima de tudo dando a confiança à População de que o rumo a seguir é, fado a lado, com o Partido Socialista, e que juntos iremos criar a nossa **"JANELA PARA O TEJO"**.

1º Secretário da Mesa da Assembleia, Deputado António Chora do Grupo Municipal do BE

“Declaração Política

A crise inflacionista que atravessamos tornou evidente para a vida dos cidadãos a importância de determinados serviços públicos (falo do abastecimento de água e saneamento, da energia elétrica e das telecomunicações) no Portugal de hoje.

A água, elemento indispensável à vida desde sempre, passou a ser ainda mais importante, durante a passada (esperemos) pandemia.

Ora, durante o estado de emergência, foi entendido e bem, que o abastecimento de água e saneamento, energia elétrica e telecomunicações não devia deixar de ser prestado a quem, por razões económicas, não tivesse disponibilidade financeira para pagar os seus custos.

A questão que agora se coloca é:

E como vai ser perante uma inflação que atinge valores nunca vistos neste século?

Todos aqui sabemos que enfrentamos uma situação social preocupante, com os trabalhadores e aposentados a perder um salário/pensão este ano, fruto dos valores da inflação e que tal situação se agravará no próximo ano com a previsão da inflação a crescer 5% sobre os valores já atingidos este ano.

A curto e ou médio prazo muitos cidadãos do nosso concelho não terão capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos habituais, e terão que escolher entre pôr comer na mesa para si e para os seus filhos, pagar o empréstimo ou a renda da casa, os transportes de e para o trabalho, ou outros serviços nomeadamente a água e saneamento.

Ora, se durante a pandemia se considerou, e bem, que o fornecimento de serviços de abastecimento de água e saneamento, entre outros não devia deixar de ser prestado a quem, por razões económicas, não tinha disponibilidade financeira para pagar os seus custos, **será aceitável que se não aplique o mesmo princípio, agora que estamos perante uma perda de rendimentos fruto da inflação em curso?**

A ONU, reconheceu em 2010 **“o direito à água potável e ao saneamento, como um direito fundamental para o pleno desfrute da vida dos seres humanos”**, pelo que a garantia do seu acesso por parte de todos, independentemente da sua capacidade financeira, deve ser assegurada pelos Estados.

Passados **doze anos** dessa decisão das Nações Unidas, está na altura de introduzirmos no nosso ordenamento jurídico o reconhecimento do “direito à água” e de criarmos os mecanismos que garantam, de facto, tal direito.

Se considerarmos que deve ser garantido o direito à água, qual será o seu conteúdo, qual será o “fornecimento suficiente”, quais serão os seus limites?

Para países desenvolvidos como Portugal o valor que a OMS considera que para garantir as necessidades básicas de higiene e consumo deve ser, no mínimo 50 litros *per capita* por dia, e que, portanto, um 1º escalão do sistema tarifário que contemple este consumo vital deverá ser de 1,5 m³ por pessoa e por mês.

Aprestação dos serviços de água e saneamento é da responsabilidade dos municípios, e em muitos, os tarifários já são progressivos, sendo já praticados tarifários sociais com âmbito e conteúdos bastante diversificados.

No caso do Município da Moita, esta Assembleia aprovou por unanimidade há vários meses a aplicação automática da tarifa social da água, mas até hoje, **a parte do automático está na gaveta do executivo**, quando muitos outros municípios já o aplicam.

Passados doze anos do reconhecimento pela ONU do “direito à água e ao saneamento” como direito humano urge contudo dar conteúdo efetivo a tal direito e criar o tal “mecanismo de solidariedade” adicional, por forma a garantir que, de facto, ninguém fica privado de acesso à água potável por razões financeiras.

As soluções praticadas na Bélgica merecem ser analisadas. Seja a solução adotada na Flandres, com o fornecimento gratuito a todos os cidadãos de um consumo vital anual de 15 m³, sejam as soluções adotadas na Valónia ou em Bruxelas, que não contemplam o fornecimento universal de qualquer volume de água gratuito, mas o pagamento de um volume vital de água a quem não tiver condições para o fazer.

À pergunta quem subsidiaria isso, respondemos:

Em primeiro lugar o Governo, através do Orçamento Geral do Estado e de impostos sobre os lucros das empresas de reciclagem, lucros que em muitos países da Europa são divididos entre acionistas e comunidades locais.

Em segundo lugar, pela componente do IRS dos cidadãos que fica nas mãos da Autarquia.

Moita, 30 de setembro de 2022
Os eleitos do Bloco de Esquerda”

Presidente da Assembleia Municipal, António Duro

Perante o adiantado da hora, em conformidade com o nº2 do artigo 27º do Regimento da Assembleia Municipal da Moita, informou que se suspendia a sessão, sendo os restantes pontos da ordem do dia protelados para uma segunda reunião da presente sessão, a realizar no próximo dia três de outubro de 2022.

Em seguida deu indicação à 2ª Secretária para iniciar a leitura da ata em minuta.

Após a leitura perguntou se algum deputado da Assembleia Municipal pretendia intervir.

Por não ter pedidos de intervenção submeteu a ata em minuta a votação.

A ata em minuta da presente sessão foi aprovada por unanimidade, para produção imediata de efeitos, com trinta e um votos a favor, sendo quinze do PS, dez da CDU, dois do BE, um do PSD, um do CDS, um do Independente Bruno Mendes, um do Independente João Gaspar.

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, eram zero horas e quarenta e cinco minutos do dia um de outubro de 2022.

O Presidente

O 1º Secretário

A 2ª Secretária

As intervenções constantes nesta ata encontram-se devidamente gravadas, em ficheiro mp3, que faz parte integrante da mesma.